



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
COLEGIADO DE GEOGRAFIA**

**IASMIN BISPO SANTANA
TAINAR SOUSA DOS SANTOS**

**REFLEXÕES ACERCA DOS CONFLITOS MINERÁRIOS E OS
PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO
DA COMUNIDADE DE CANAVIERAS NO MUNICÍPIO DE JACOBINA-BA**

**JACOBINA-BAHIA
2021**

**IASMIN BISPO SANTANA
TAINAR SOUSA DOS SANTOS**

**REFLEXÕES ACERCA DOS CONFLITOS MINERÁRIOS E OS
PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO
DA COMUNIDADE DE CANAVIERAS NO MUNICÍPIO DE JACOBINA-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Departamento de Ciências Humanas – Campus/IV, como parte das exigências para obtenção do título de licenciadas em Geografia.

**JACOBINA-BAHIA
2021**

IASMIN BISPO SANTANA
TAINAR SOUSA DOS SANTOS

**REFLEXÕES ACERCA DOS CONFLITOS MINERÁRIOS E OS
PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO
DA COMUNIDADE DE CANAVIERAS NO MUNICÍPIO DE JACOBINA-BA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Licenciatura Plena
em Geografia da Universidade do Estado da
Bahia – UNEB, Departamento de Ciências
Humanas – Campus/IV, como parte das
exigências para obtenção do título de
licenciada em Geografia.

Jacobina, 15 de julho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Paula Regina de Oliveira Cordeiro

Profa. Ms. Paula Regina Cordeiro
UNEB/ DCH (CAMPUS IV)
(Orientadora)

Jamille da Silva Lima

Profa. Dra. Jamille da Silva Lima
UNEB/ DCH (CAMPUS IV)

Luíza Cristina Silva Silva
Profa. Ms. Luíza Cristina Silva Silva
Matrícula: 74647091-5

Profa. Ms. Luíza Cristina Silva Silva
UNEB/ DCH (CAMPUS XI)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos, primeiramente a Deus pela dádiva da vida, por ter sido sempre nossa fortaleza e porto seguro. Ele iluminou cada dia de nossas vidas e a produção dessa pesquisa. As nossas famílias, que nos apoiaram em todos os momentos, com palavras de conforto, otimismo e muita fé.

Somos gratas a nossa querida orientadora, Paula Regina Cordeiro, que não nos deixou desistir e nos acompanhou nessa trajetória. À Universidade do Estado da Bahia- UNEB, com ênfase para o Campus IV de Jacobina, instituição que nos permitiu um crescimento pessoal e profissional, abriu preciosas portas em nossas vidas, através dos professores que conhecemos e que compartilharam experiências e vivências, além de todos os funcionários.

Gratas também aos nossos amigos da turma de Licenciatura Plena em Geografia, turma 2016.1, que sempre nos apoiaram durante essa caminhada. Aos moradores da comunidade de Canavieiras, que nos receberam e aceitaram participar dessas entrevistas, contribuindo significativamente com nossa pesquisa. E aqueles que não conseguimos citar seus nomes aqui, que contribuíram na nossa carreira acadêmica e em nossa vida pessoal.

O nosso muito obrigada!

Dedicamos este trabalho aos moradores atuais e antigos da comunidade de Canavieiras no município de Jacobina – BA.

RESUMO

Os conflitos territoriais em comunidades tradicionais são muito comuns em todo o país. Dentre os motivos estão as atividades de extração de minerais, que destroem territórios e juntos deles, identidades das pessoas das comunidades. Estamos apresentando as causas desses conflitos e suas consequências no Brasil, na Bahia e em Jacobina, discutindo sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização da comunidade de Canavieiras, que fica localizada no município de Jacobina com recorte temporal de 2006, ano em que a mineradora Yamana Gold começou suas atividades extrativas, até o presente ano de 2021. A categoria de análise da pesquisa é o território. Foram realizadas entrevistas para compreender como era a dinâmica da comunidade antes da mineração e até se tornar quase extinta atualmente. O objetivo dessa pesquisa é analisar os fenômenos que provocaram os conflitos agrários na comunidade de Canavieiras, bem como compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização de Canavieiras. Já a problemática consiste em analisar o processo de desterritorialização e reterritorialização bem como as consequências para as pessoas que ali residem ou residiam. O problema da pesquisa consiste em quais as consequências do processo de desterritorialização e reterritorialização para as pessoas que residem e residiam na Comunidade de Canavieiras?

Palavras-chave: Desterritorialização, Reterritorialização, Território.

ABSTRACT

Territorial conflicts in traditional communities are very common throughout the country. Among the reasons are mineral extraction activities, which destroy territories and together with them, the identities of people in the communities. We are presenting the causes of these conflicts and their consequences in Brazil, Bahia and Jacobina, discussing the processes of deterritorialization and reterritorialization of the Canavieiras community, which is located in the municipality of Jacobina with a time frame from 2006, the year in which the mining company Yamana Gold started its extractive activities, until the present year of 2021. The research analysis category is territory. Interviews were carried out to understand the dynamics of the community before mining and until it has become almost extinct today. The general objective is to analyze phenomena that provoke agrarian conflicts in the Canavieiras community. The problem consists of analyzing the process of deterritorialization and reterritorialization as well as the consequences for the people who reside there or resided there.

Keywords: Deterritorialization, Reterritorialization, Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Companhias Mineradoras no Brasil.....	17
Figura 2 - Prováveis efeitos multiplicadores para frente do projeto de investimentos em mineração sobre a economia da região em que se localiza.....	18
Figura 3 - Prováveis efeitos induzidos do projeto de investimento em mineração sobre a economia da região em que se localiza.....	19
Figura 4 – Bahia 2016 – Principais Licenças Ambientais por Bem Mineral.....	25
Figura 5 – Territórios Extrativo-Mineral do Presente.....	26
Figura 6 - Localização do Município de Jacobina, Bahia	28
Figura 7 – Bahia 2016 – Arrecadação de CFEM – Principais Municípios Nova.....	31
Figura 8 – Casas na comunidade de Canavieiras - Rua Cabo da Gata.....	36
Figura 9 – Residências em Canavieiras - Rua Nova.....	37
Figura 10 – Casa em Canavieiras.....	37
Figura 11 – Representação da Rua da Entrevistada Ana.....	40
Figura 12 – Representação da Rua do Entrevistado Paulo.....	41
Figura 13 – Representação da Rua do Entrevistado Edson.....	41

Figura 14 – Árvore genealógica da família de Ana.....	43
Figura 15 – Árvore genealógica da família de Paulo.....	44
Figura 16– Árvore genealógica da família de Edson.....	44
Figura 17 - Localização da Comunidade de Canavieiras em Jacobina – BA, com destaque as residências existentes até meados de 2014.....	48
Figura 18 – Residências em Canavieiras.....	49
Figura 19 – Casa abandonada em Canavieiras.....	51
Figura 20 – Habitação em ruínas em Canavieiras.....	51
Figura 21 - Manifestações em Canavieiras - Ano de 2012.....	54
Figura 22 – Reunião dos moradores de Canavieiras – Ano de 2012.....	55
Figura 23 - Bairros de residências dos antigos moradores da Comunidade de Canavieiras, após a reterritorialização.....	58

LISTA DE SIGLAS

CBPM - Companhia Baiana de Pesquisa Mineral

CETEM – Centro de Tecnologia Mineral

CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral

DMB- desempenho de Mineração Baiana

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração

ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios

INEMA - Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia

JMC - Jacobina Mineração e Comércio

OMS – Organização Mundial de Saúde

PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais

PMB - Produção Mineral Brasileira

PTDSS - Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário

SEMA - Secretaria de Meio Ambiente

UNIGEO – Geologia e Mineração

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. BREVE INTRODUÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA NO BRASIL, BAHIA E JACOBINA.....	17
1.1 A MINERAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	17
1.2 A DINÂMICA DAS ATIVIDADES MINERADORAS NA BAHIA	23
1.3 A DINÂMICA DAS ATIVIDADES EXTRATIVA-MINERAIS NO MUNICÍPIO DE JACOBINA.....	29
2. A COMUNIDADE DE CANAVIEIRAS ANTES DA YAMANA GOLD.....	38
2.1 O MODO DE VIDA E ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE E AS SUAS TERRITORIALIDADES.....	38
2.2 A AGRICULTURA TRADICIONAL NA COMUNIDADE DE CANAVIERAS.....	48
3. A REESTRUTURAÇÃO DA COMUNIDADE DE CANAVIEIRAS COM A CHEGADA DA YAMANA GOLD.....	50
3.1. O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE	50
3.2. A RETERRITORIALIZAÇÃO DE CANAVIEIRAS	
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64

INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é analisar os fenômenos que provocaram os conflitos agrários na comunidade de Canavieiras, bem como compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização de Canavieiras. A motivação em discutir essa temática voltada para o processo de desterritorialização e reterritorialização de comunidades tradicionais e em especial a Comunidade de Canavieiras no município de Jacobina na Bahia se deu a partir da percepção do contexto de conflitos agrários provocados por grandes empreendimentos minerários, esse interesse foi despertado no momento da nossa trajetória acadêmica em que fizemos o componente curricular Geografia Agrária, sendo um dos temas discutidos em que envolvia a mineração e comunidades tradicionais.

A partir desse momento começamos a pensar o nosso Trabalho de Conclusão de Curso, centrado em conflitos territoriais envolvendo atividades minerárias, por este motivo começamos a pesquisar sobre a comunidade de Canavieiras para compreender melhor o processo de desterritorialização e reterritorialização que ela sofreu. A medida que fomos pesquisando e lendo sobre o tema, fomos ficando cada vez mais encantadas, mesmo diante do cenário pandêmico que estamos enfrentando desde do ano passado até o presente momento, não desistimos do nosso foco de pesquisa.

O problema da pesquisa consiste em quais as consequências do processo de desterritorialização e reterritorialização para as pessoas que residem e residiam na Comunidade de Canavieiras? De acordo Haesbaert (2004, p. 365), a desterritorialização e a territorialidade andam lado a lado, para que tenha a construção de novos territórios é preciso ter a desterritorialidade, sendo um processo de criação e destruição, ordem e desordem dos territórios.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2014) no contexto histórico brasileiro a mineração tem um papel fundamental para a sociedade contemporânea, tornando-se uma das atividades de maior lucratividade nos últimos tempos aproveitando-se da desproteção dos países subdesenvolvidos que tem diversos recursos extraídos de seu território e da concorrência entre

eles em busca de atrair investimentos estrangeiros, chegando a adotar medidas emergenciais para tornar mais ágil, rápido e seguro o ramo da mineração.

É de suma importância tecermos uma linha entre os processos conflituosos e a colonialidade que vem a ser um resíduo irreduzível da nossa sociedade contemporânea que se manifesta de maneiras variadas nas instituições políticas, acadêmicas, caracterizando relações de dominação/opressão.

Nossa pesquisa está associada a três viés: o primeiro é o poder, que é exercido pela empresa mineradora sobre o uso do território extrativo mineral antes usado pela comunidade tradicional como território simbólico e de produção. O saber pertence a empresa estrangeira que utiliza de mecanismos para a espoliação territorial. O ser da pesquisa está entrelaçado ao processo de desterritorialização e reterritorialização no qual os povos tradicionais viveram. Percebemos também a colonialidade da natureza a partir do momento que a empresa privatiza as riquezas naturais ali presentes naquele território extrativo mineral.

A comunidade passou a ser alvo de exploração dos recursos naturais e minerais, dentre eles o solo, o subsolo, as áreas verdes e a água, visto que na comunidade de Canavieiras há uma grande riqueza desses bens. Conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2014) as mineradoras utilizam bastante água e energia em suas atividades, esses dois recursos são considerados como o calcanhar de Aquiles¹ da atividade minerária, vindo a ser fonte de conflitos com comunidades locais e organizações de defesa de direitos, especialmente no anúncio de instalação de novos projetos em seus territórios.

Como aponta a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2015) nos conflitos envolvendo mineração e água, 63 dos 76 conflitos envolviam populações tradicionais pescadores, geraizeiros, camponeses de fundo de pasto, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, que sofrem com a poluição ou a destruição de mananciais ou têm o acesso à água obstruído por atividades minerais. Esses conflitos envolvendo mineradoras, não se limitam somente aos recursos

¹ Calcanhar de Aquiles é uma expressão popular que significa o ponto fraco de alguém e transmite a ideia de fraqueza e vulnerabilidade.

naturais, nem só afetam as terras comunitárias, eles envolvem populações tradicionais, assentados, sem-terra, posseiros e pequenos proprietários que têm sido vítimas de ações violentas decorrentes da atuação de empresas mineradoras em seus territórios. Bem como invasões de terras, ameaças de expulsão, despejo, destruição de moradias e pertences (CPT, 2015, p. 83).

A escolha do território como categoria de análise se deu a partir da dinâmica apresentada pela própria comunidade e da ordem teórica em que o problema da pesquisa está segmentado, estudar a temática voltada a desterritorialização e reterritorialização nos possibilitou discutirmos sobre o território simbólico. Nesse sentido Haesbaert (2019) dá uma importante contribuição quando diz que o valor simbólico do território tem se tornado cada vez mais presente no que tange a sua grandeza material mais objetiva. Sendo assim um dos principais pressupostos em favor dos processos de desterritorialização tendo como moeda de valor o poder que o próprio território possui definindo-o assim pela sua dimensão concreta. Vale ressaltar que o território de Canavieiras deixou marcas na vida das pessoas, que ali residiam, de um lado temos um megaempreendimento mineral, do outro temos moradores de uma comunidade tradicional que construíram, ao longo dos anos histórias, memórias e significados naquele lugar.

Como já foi dito, o recorte espacial desta pesquisa será a comunidade de Canavieiras no município de Jacobina-BA, localizada à aproximadamente 7 km do centro da cidade. Para o desenvolvimento da pesquisa foram analisadas discussões sobre atividade de mineração no âmbito do contexto social, político e econômico na escala federal, estadual e municipal levando em consideração apropriação de terras e a desterritorialização e reterritorialização envolvendo comunidades tradicionais. Tendo como recorte temporal os anos de 2006 a 2021. A escolha para essa temporalidade deu-se a partir do ano em que as minas do município foram adquiridas pela empresa canadense Yamana Gold, anteriormente exploradas pela também empresa canadense Desert Sun Mining, sendo a última instalação que culminou na desterritorialização de um território tradicional.

Como procedimentos metodológicos, procuramos realizar levantamento de dados secundários que foram fundamentais para a compreensão dos

conflitos territoriais envolvendo mineração. O caminho dessa pesquisa acadêmica integra o estudo de conceitos sustentados em materiais como teses, artigos científicos e monografias de autores que discorrem sobre temáticas que são referências importantíssimas para esta pesquisa. Estudos estes que envolvem conflitos territoriais entre mineração e comunidades tradicionais.

Além da realização de entrevistas semiestruturadas com os interlocutores que são os antigos e atuais moradores da comunidade, vale ressaltar que foram realizadas as entrevistas respeitando todas as normas de segurança sanitária de acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, pois estamos enfrentando no país desde do ano passado as infecções causadas pelo vírus da Covid-19 e, por isso, foram respeitadas todas as medidas de distanciamento social, uso de máscaras, para garantir a segurança dos entrevistados e das pesquisadoras. Fizemos o uso de aparelhos digitais como smartphone e do aplicativo WhatsApp para a realização do contato com os entrevistados.

O trabalho de campo na comunidade foi realizado seguindo todas as normas da OMS. Para o desenvolvimento do trabalho de campo, utilizamos instrumentos digitais como câmera gps, além de caderneta e caneta para eventuais anotações pertinentes. Além da organização de diário de campo baseado nas narrativas contadas pelos antigos e atuais moradores para eventual confecção de árvores genealógicas das famílias que foram entrevistadas, desenhos representativos, levando em consideração a relação de pertencimento, o modo de vida, lutas e interesses desse povo, para que seja possível traçar o contexto histórico da comunidade. Além de fazer o uso de fotografias antigas para compreendermos como era a organização espacial daquele território.

As construções desses dados foram de suma importância para a concretização do nosso trabalho de pesquisa, desse modo consolidando e associando as análises sobre conflitos territoriais e processos de desterritorialização e reterritorialização envolvendo atividades mineradoras em terras de comunidades tradicionais, e em especial na comunidade de Canavieiras, no município de Jacobina, no estado da Bahia.

A pesquisa está organizada em três capítulos, sendo que no primeiro capítulo trará a discussão sobre a dinâmica dos territórios extrativo-mineral, no que se refere à escala nacional, estadual e local. Já no segundo capítulo, serão discutidas as questões sobre a comunidade de Canavieiras antes da chegada da empresa mineradora, território este que antes era povoado por pequenos agricultores e garimpeiros buscando sossego e meios para sobrevivência. Posteriormente, no terceiro capítulo, abordaremos detalhadamente todo o processo de reconfiguração do território, bem como o processo de desterritorialização e reterritorialização que a comunidade tradicional sofreu; e para finalizar as considerações finais.

1. BREVE INTRODUÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA NO BRASIL, BAHIA E JACOBINA

1.1 A MINERAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O Brasil possui uma imensa diversidade territorial de ocupação e riquezas. Cada estado se desenvolveu de uma forma diferente, a partir do processo de implantação de empreendimentos de mineração e recursos naturais disponíveis. Na Bahia, temos como destaque o mineral ouro que é extraído em grandes escalas por empresas mineradoras privadas estrangeiras. O ouro é um mineral importantíssimo para a economia na fabricação de joias, objetos etc. Inicialmente o ouro foi explorado por garimpeiros, no entanto, na atualidade ele vem sendo explorado por mineradoras.

O estado da Bahia, concentra em alguns de seus municípios consideráveis complexos minerários como é o caso do município de Jacobina (BA), que possui grandes depósitos minerais metálicos, não metálicos e de pedras preciosas, como manganês, ametista, esmeralda, ouro, entre outros, tendo como destaque a exploração aurífera no que tange ao contexto atual, gerando oferta de serviços para as pessoas do município bem como de outros lugares, todavia as atividades minerárias afetam territórios que já eram ocupados ocasionando a desterritorialização e a reterritorialização de grupos tradicionais que ali residiam, impossibilitando a permanência das territorialidades forçando a construção de novas.

Lamoso (2017), destaca que o setor minerário ao longo dos anos tem crescido consideravelmente em todo o território brasileiro, ocupando grandes posições no setor econômico, tanto quanto em todo o continente sul-americano. Vale ressaltar que o território brasileiro possui uma diversidade geológica que permite a existência de uma grande variedade de minerais, as regiões cuja exploração é presente, ocupam um lugar na cadeia produtiva mineral, tornando-se uma atividade que mobiliza a força do trabalho, gerando renda, formando redes de poder político e econômico. Redes que acabam criando e recriando fluxos migratórios, estabelecendo uma nova ordem acelerando a formação de núcleos urbanos.

Adentrando ao olhar decolonial Grosfoguel (2019, p. 70) evidencia que:

Uma das tendências seculares que Wallerstein descreve em sua do sistema-mundo é a tendência do sistema de se expandir a novos territórios em busca de mão de obra e matérias-primas baratas, como forma de resolver as crises cíclicas de contração econômica. Esse processo de expansão visto a partir de um olhar decolonial, envolve a destruição de outras civilizações e a expansão da civilização ocidental a novos territórios. (GROSFOGUEL, 2019, p. 70).

A colonialidade ainda está ativa na nossa sociedade moderna, mesmo com o fim do colonialismo. O capitalismo vem expandindo o seu território por meio de exploração de recursos naturais, violência e opressão de povos e comunidades tradicionais, utilizando um discurso baseado no desenvolvimentismo econômico.

No contexto histórico da mineração no Brasil a experiência em curso de expansão dessa atividade na América do Sul é fruto da prioridade de supostos interesses públicos, que são fornecidos pelos governos. As atividades de mineração estão longe de serem construídas através de processos democráticos em sua maioria é implementada por meio da violência e da criminalização. Provocando a perda das bases socioeconômicas dos grupos locais causando um controle e reorganização do espaço que a dinâmica mineral impõe aos territórios (MILANEZ; MARLEBA, 2012).

Segundo Milanez e Marleba (2012, p. 12), o resultado é a expressão do que alguns autores têm chamado de “o paradoxo latino-americano”: em nome da superação da desigualdade e da pobreza governos progressistas impulsionam a expressão de atividades extrativas – notadamente o petróleo e os minérios – cujos custos sociais e ambientais têm gerado exclusão e desigualdade.

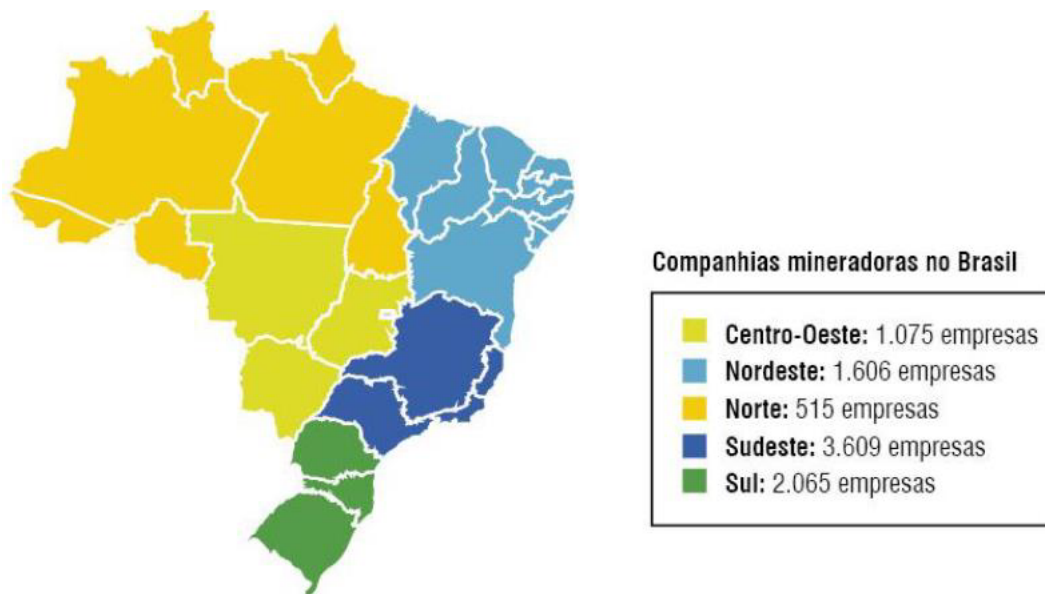
Lamoso (2017), traz que diante desse quadro surge uma ordem diferente de desenvolvimento regional que não é mais definida pela demanda nacional, mas sim pela economia mundial. Esses territórios de mineração são estruturados por sua base exportadora e seus efeitos multiplicadores, resultando em conjuntos econômicos de grande dimensão, com tecnologias de ponta, as quais clamam por políticas públicas para dotá-las de funcionalidades o que faz com que movimente com os recursos públicos para o suporte da reprodução do capital da atividade mineral.

Não podemos discutir o setor mineral sem fazer a interligação com o colonialismo e a colonialidade, de acordo com Maldonado -Torres (2019, p. 35):

Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta”; e colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais.

Conforme a Figura 1, o número de empresas mineradoras no país, vem crescendo, de acordo com dados apurados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM em 2013 chegando a 8.870, divididas em distintas regiões. Segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), a indústria extrativa é formada predominantemente por micro e pequenas empresas.

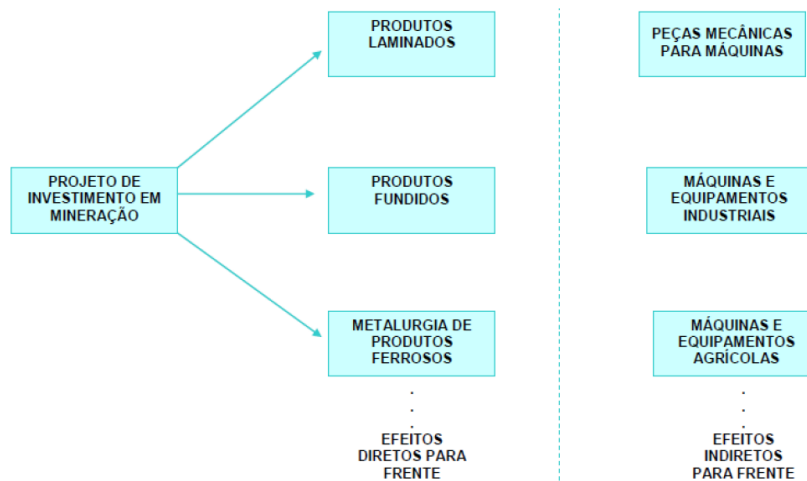
Figura 1 - Companhias Mineradoras no Brasil



Fonte: DNPM, elaboração IBRAM.

Segundo os dados do Informe Mineral 2º/2014 do DNPM, o setor extrativo mineral gera um efeito multiplicador de 3,6 postos de trabalho sobre a indústria de transformação mineral, diante disso, são 770.652 empregos na cadeia produtiva industrial brasileira, o IBRAM investiga que este efeito multiplicador ocorre para trás e para frente na cadeia produtiva², podemos verificar a sistematização desses possíveis multiplicadores nas figuras 2 e 3 a seguir.

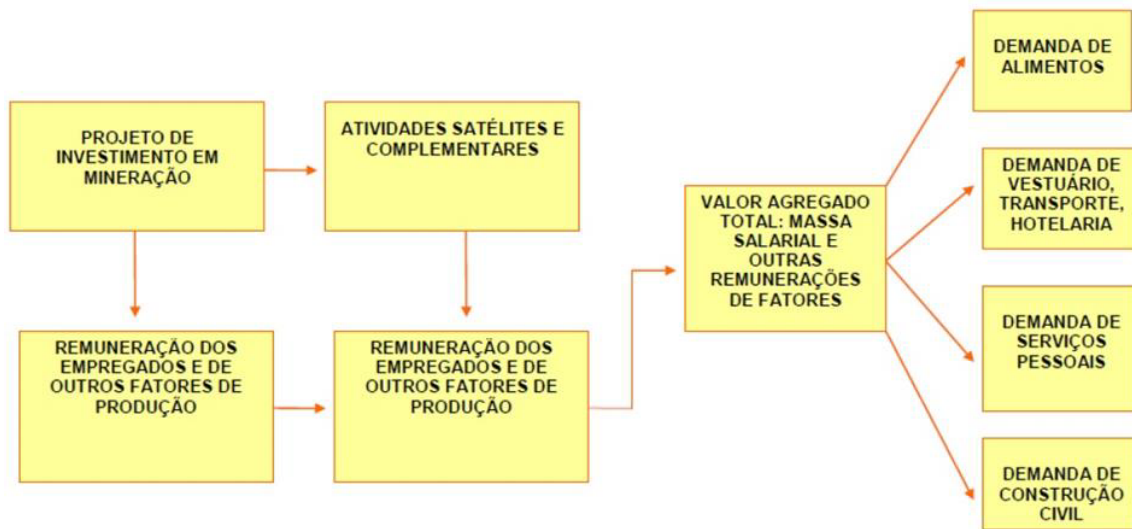
Figura 2 – Prováveis efeitos multiplicadores para frente do projeto de investimentos em mineração sobre a economia da região em que se localiza



Fonte: Phorum Consultoria 2011, estudo IBRAM.

² Cadeia produtiva a qual a mineração integra é composta por indústrias de base tendo seu produto como matéria-prima, este conjunto produz e espalha uma gama imensa de produtos que se relacionam diretamente com a qualidade de vida das populações.

Figura 3 - Prováveis efeitos induzidos do projeto de investimento em mineração sobre a economia da região em que se localiza



Fonte: Phorum Consultoria 2011, estudo IBRAM.

Como vimos nas figuras anteriores o setor da exploração mineral tem uma centralidade no processo de acumulação financeira, formada pelo sistema produtivo, compreendido como um conjunto de agentes e relações produtivas que têm lugar sobre uma determinada região. O contexto histórico das explorações minerais é marcado por processos de destruição do ordenamento territorial já existentes, desconfigurando toda a coerência regional interna, bem como uma reestruturação que faz surgir uma nova organização produtiva, em sua maioria surge uma organização industrial original, defendida por grandes corporações. Diante disso o espaço ocupado que contempla essas características é chamado de territórios extrativos (LAMOSO, 2017).

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra – CPT (2018), a expansão acelerada dos projetos extrativos no Brasil entre 2004 e 2018 – com minas a céu aberto, barragens de rejeitos, duplicação de ferrovias, minerodutos, estradas, indústrias de transformação e terminais portuários fizeram com que o número de conflitos aumentasse consideravelmente em vários estados das regiões brasileiras.

Contudo os estados de Minas Gerais, Pará, Maranhão e Espírito Santo aparecem como importantes territórios de exploração mineral ou de

infraestruturas conexas à mineração, como ferrovias, rodovias, minerodutos e portos. Em Minas Gerais, com 340 casos registrados, sendo responsável por 30% dos conflitos envolvendo a atividade extrativa no país, vale ressaltar que o território de Minas Gerais de acordo com seu contexto histórico é um dos que apresentam maior valor produzido e por consequência o que mais vem sofrendo com a exploração mineral.

Milanez e Malerba (2012) destacam que no Brasil, o Estado passa a reforçar seu papel como precursor para o desenvolvimento capitalista através de fortes investimentos nos setores econômicos para os quais são destinadas prioridades de financiamento, proporcionando subsídios e infraestrutura logística. O fruto desse processo tem sido a concentração de capitais nacionais e transnacionais investimentos estes que possibilitam o fortalecimento de algumas empresas brasileiras no cenário global e a reprodução das mesmas em território nacional. Diante desse quadro constroem-se novas regulações que visam garantir maior controle do Estado sobre o excedente produzido por esses setores econômicos que visam viabilizar investimentos tanto em políticas de inclusão social e de diminuição das desigualdades quanto na reprodução dessa estratégia de indução do desenvolvimento econômico.

A territorialização provocada por grandes empreendimentos minerários os lugares onde são implementados sofrem processos de reconfiguração espacial, mudando totalmente toda a dinâmica social, ambiental e territorial já existente. Nesses territórios ficam evidentes a influência da mineração na produção social do espaço em questão, na organização, planejamento, modos de vida e na dinâmica territorial.

Todavia, a terra, a energia, a água, os minérios, os alimentos e território passaram a se tornar mercadorias no mercado internacional, o setor mineral cresceu consideravelmente na política e na economia da sociedade brasileira, influenciando as políticas de governo. Os efeitos espaciais da atividade de mineração tornam-se problemas que acabam afetando todo o espaço agrário ao qual está inserido, sendo que os territórios acabam sendo disputados por conta da água, do subsolo e da terra. A exploração dos bens naturais, especialmente o mineral, requer o controle territorial intenso. Unidos a esse processo têm-se a expropriação, a exclusão ou a eliminação de grupos sociais territorializados onde

a mineração se instala, sendo estes, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, posseiros e povos tradicionais (CPT, 2018).

Milanez e Malerba (2012), trazem que na proposta de um novo marco regulatório³ para as atividades minerais no Brasil tem em seu cerne principal a marca dessa nova conjuntura. Tendo dois lados, um visa a ampliação e a intensificação da exploração mineral do país, respondendo ao atual momento de aumento de preços dos minérios associados, ao crescimento da demanda a nível global, de outro, visando aumentar a participação do Estado nos resultados econômicos.

1.2 A DINÂMICA DAS ATIVIDADES MINERADORAS NA BAHIA

O desenvolvimento urbano está atrelado as atividades econômicas que o desencadeia, entre elas a atividade de mineração, que ao longo dos anos tem tido uma grande participação para o desenvolvimento mundialmente, também no Brasil e em muitas regiões, estados e em especial, o estado da Bahia, onde uma grande parte de seus municípios que se desenvolveram através da atividade de mineração.

Conforme o Centro de Tecnologia Mineral - CETEM (2014) o subsolo do estado da Bahia apresenta um dos maiores potenciais ainda não explorados pela indústria extrativa mineral. Tendo como perspectiva que até o ano de 2015, o estado iria receber cerca de R\$ 20 bilhões em novos empreendimentos mineradores. A empresa pública sob a esfera do governo estadual dedicada à pesquisa e desenvolvimento de processos do setor mineral da Bahia, é a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM).

Antonino (2019) vem trazendo em seu artigo “Conflitos nos Territórios extrativo-mineral na Bahia: Os diamantes Kimberlitos de Nordeste”, que o termo território-mineral resulta da operacionalização da categoria território, e esse termo vem atrelado a categoria território bem como a questão da mineração como atividade extrativa, que se apropria do espaço tornando-o território, que

³ Se tratando do novo marco regulatório, isso significa que ao criar mecanismos que assegurem o aumento no ritmo de exploração, o Estado, ainda que em nome da necessidade de gerar divisas que viabilizem políticas de redução da pobreza e desigualdade social, impulsiona um processo desposseção, muitas vezes autoritária e violenta, dos grupos sociais nos territórios.

envolve múltiplas territorialidades num mesmo território. Vale ressaltar que o território extrativo-mineral abarca duas faces que o torna fonte de conflitos.

Antonino (2019) ressalta as diferentes concepções acerca dos recursos da natureza para as diferentes parcelas da população. As comunidades tradicionais veem esse território como fonte de sobrevivência em oposição a essa visão, para as empresas de mineração esses espaços são utilizados para se extrair as riquezas presentes neles e, posteriormente, abandoná-los quando não houver o que se explorar. Este debate sobre a colonialidade nos faz refletirmos sobre os diferentes usos do espaço geográfico, vivido e usado pelas sociedades.

Nesse sentido, Santos (1987) reflete sobre o papel do governo em garantir qualidade de vida para a população atendendo a todos, todavia, esse discurso não sai do papel onde a modernidade se torna um empecilho para que isso se concretize. Fornecer saúde, lazer, segurança e outros direitos, tanto no campo, quanto na cidade, apenas fica na teoria. Se a participação dessas populações oprimidas fosse mais intensa nos planejamentos governamentais, teríamos um país com menos desigualdades e caricaturas. A partir dessas reflexões, lembramos dos moradores das comunidades tradicionais que precisam esvaziar seus territórios e recomeçar a vida nas cidades, onde as relações capitalistas são mais evidentes. A Bahia e os demais estados do Nordeste são menos desenvolvidos, economicamente falando. O crescimento do setor mineral não beneficia a população, principalmente das comunidades tradicionais, pelo contrário, traz prejuízos para sua sobrevivência. No caso das comunidades tradicionais:

Povos e Comunidades tradicionais (PCTs) são definidos como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (MINISTÉRIO DA CIDADANIA, 2015, p. 01).

Ainda de acordo com o Ministério da Cidadania (2015), fazem parte desse grupo: seringueiros, extrativistas, quilombolas, povos indígenas, pescadores artesanais, dentre outros. Devido a essas características, Canavieiras é definida como comunidade tradicional. Há alguns anos, Canavieiras era uma vila de agricultores, que praticavam a agricultura familiar, baseada na subsistência e do

garimpo praticado no leito do rio que leva o mesmo nome da comunidade (SOUZA, 2013, p. 20). Essas atividades acontecem de maneira consciente, não sendo utilizados produtos químicos, maquinários pesados etc.

Uma boa parcela da população menos favorecida economicamente, vive abandonada da ótica social, exposta a vários problemas. Harvey (2005) apud. Antonino (2019), adjetivou o processo em que se realizam ações disciplinares rigorosas e com austeridade generalizada pelo Estado e pelas empresas mineradoras, como acumulação por espoliação, sublinhando que se trata de um novo fôlego para a reprodução do capital na contemporaneidade. A forma como acontece a acumulação de capital é resultado de uma guerra entre povos que possuem interesses distintos. Com essa parceria entre Estado e as mineradoras, entra em questão o poder econômico e social que cada uma das partes tem.

No contexto territorial aqui apresentado um dos fatores que contribuíram para que isso acontecesse foi a geologia propícia, além de estar presente na parte central do estado da Bahia, sendo formada por serras, tendo assim seu desenvolvimento voltado para a exploração aurífera e principalmente do diamante. O contexto histórico populacional e econômico do estado está atrelado ao Ciclo da Mineração, que vem se perpetuando até a atual conjuntura tornando-se uma das atividades econômicas mais importantes. A mineração tem sido uma das atividades mais impactantes, desde longo tempo, por meio da movimentação de material geológico e criação de formas de relevo (COSTA; ARAÚJO, 2018, p. 26).

Adentrando no viés do colonialismo Maldonado -Torres, (2019, p. 41) salienta que:

Como o colonialismo a colonialidade envolve a expropriação de terras e recursos, mas isso acontece não somente através de apropriação estrangeira, mas também pelos mecanismos do mercado e dos Estados-nações modernos. Isso leva a uma situação de ex-colônias, em que os sujeitos nativos estão despossuídos. Não somente terras e recursos são tomados, mas as mentes também são dominadas por formas de pensamento que promovem a colonização e a autocolonização. Os corpos também explorados pelo trabalho de maneira que os mantêm em um status inferior ao da maioria do proletariado metropolitano. Por causa disso, seja o que for a descolonização, é preciso incluir a luta por redistribuição de terras e recurso.

As atividades extrativas minerais causam diversos impactos dentre eles estão a exploração dos recursos minerais dos territórios extrativos que acabam impactando as comunidades tradicionais além de contribuir para o aparecimento de doenças e questões trabalhistas. Bem como os conflitos fundiários, desterritorialização, reterritorialização, empobrecimento desses povos que estão ali residindo ou residiam, estando agregado a esses fatores problemas relacionados à urbanização sem planejamento, crescimento desordenado, o inchaço populacional com uma infraestrutura deficiente, outro agravante são os problemas ambientais que a exploração mineral ocasiona no estado da Bahia é a deposição no meio ambiente de resíduos que contenham substâncias altamente nocivas à saúde (CETEM, 2014, p. 121, 122).

Os dados do Departamento de Pesquisa Mineral – DNPM da Bahia apontaram que as pesquisas minerais começaram em 1935. Sendo que o estado da Bahia possui uma grande extensão territorial referente ao Cráton do São Francisco, região cuja tem aproximadamente 4 bilhões de anos na escala do tempo geológico. Região cuja geologia carrega ciências que perduram ao longo dos anos, sendo assim uma das respostas para tantas outras sobre a “riqueza mineral” presente no território baiano (ANTONINO, 2019, p. 191).

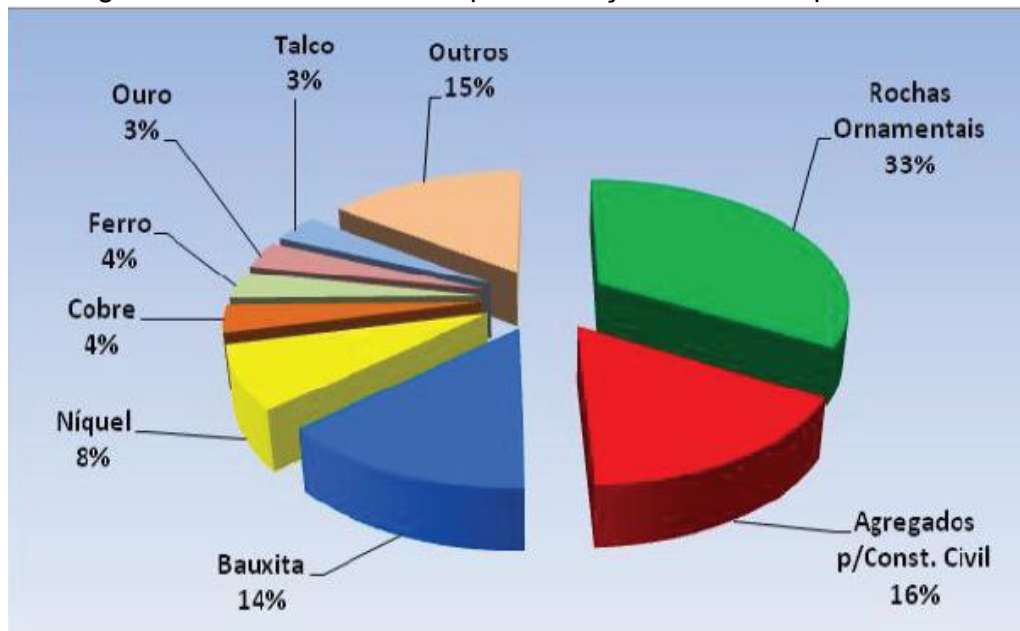
De acordo com os dados do Centro de Tecnologia Mineral – CETEM, 2014, o estado da Bahia ocupa a quinta posição entre os maiores produtores de bens minerais do território brasileiro o estado contribuiu no ano de 2011 com R\$ 2,1 bilhões na Produção de Mineral Brasileira. Tendo como fator contribuinte a diversidade geológica do seu território favorece a exploração de aproximadamente 40 substâncias minerais, tendo como destaque para o ouro, ferro, alumínio e cobre. Vale ressaltar que a liderança nacional na produção de urânio, cromo, magnesita e talco.

Embora os números negativos na produção Mineral Brasileira – PMB, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 18,1 bilhões, com exportações de US\$ 18,5 bilhões, sendo que a comercialização para o exterior de bens minerais foi responsável por cerca de 20% das exportações nacionais (DESEMPENHO DA MINERAÇÃO BAIANA, 2016, p. 06).

As empresas mineradoras para que possam iniciar suas pesquisas até a exploração, é necessário que possua uma licença ambiental (Figura 4), fornecido pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia

(INEMA) ou então credenciamento de prefeituras pela Secretária de Meio Ambiente (SEMA). Foram emitidas pelo INEMA 87 licenças a diversas empresas em 53 municípios, pertencente a 29 bens minerais. Sendo que outras licenças foram concedidas por prefeituras credenciadas pela SEMA (DESEMPENHO DA MINERAÇÃO BAIANA, 2016, p. 08).

Figura 4 – Bahia 2016 – Principais Licenças Ambientais por Bem Mineral



Fonte: Desempenho Mineração Baiana – 2016.

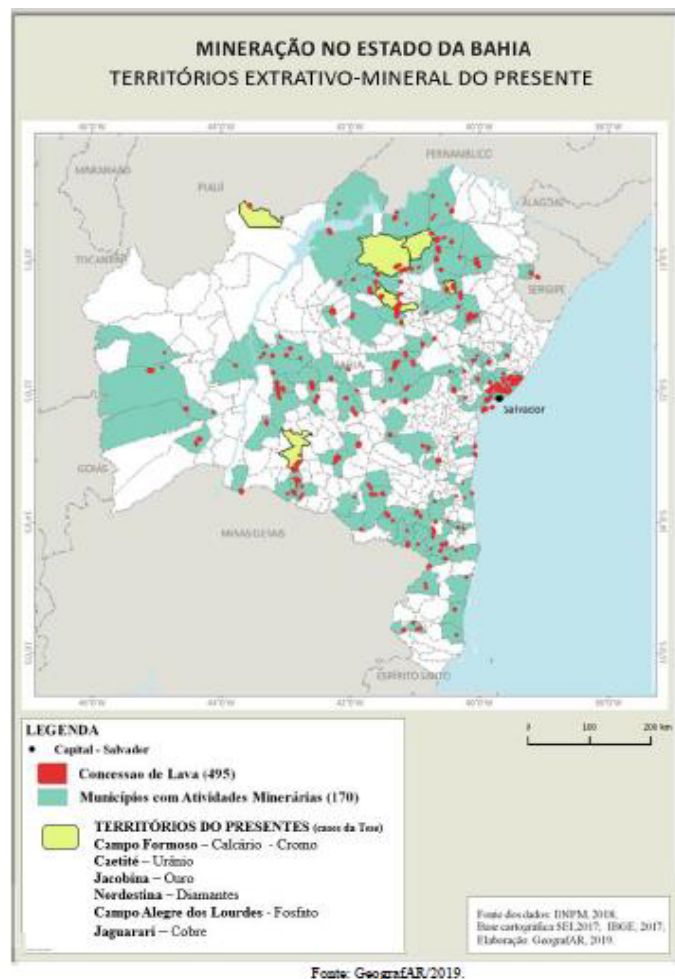
A partir do momento que a empresa mineradora está com o licenciamento ambiental para a realização da pesquisa e exploração mineral, ela está com o território-extrativo todo em suas mãos podendo assim explorar da maneira que achar mais viável. Todavia as comunidades tradicionais que ali residem retiravam daquelas terras o seu sustento, a partir desse momento que chegam as empresas mineradoras, esse cenário muda totalmente, impactando diretamente esses povos tradicionais.

De acordo com, Antonino (2019), em um levantamento de conflitos territoriais envolvendo mineração na Bahia no ano de 2016, foram registrados, aproximadamente, 50 municípios em que as populações estavam envolvidas em conflitos entre empresas mineradoras. Sendo que 34 desses municípios estão

localizados precisamente no semiárido baiano, região que abrange 70% do território do estado.

Nos territórios extrativo-mineral os conflitos estão presentes onde há a extração com as devidas Concessões de Lavra emitidas pelo Governo Federal atualmente, registrando diversas situações conflituosas. Há aproximadamente mais de 465 territórios extrativo-mineral em atividade na Bahia, tendo como destaque os municípios de Campo Formoso, Campo Alegre dos Lourdes, Caetité, Jaguarari, Nordestina e Jacobina nesses municípios registram projetos minerários de grande e médio portes que envolvem conflitos territórios com diversos povos (Figura 5) (ANTONINO, 2019, p. 193).

Figura 5 – Territórios Extrativo-Mineral do Presente



Fonte: ANTONINO, Lucas. 2019.

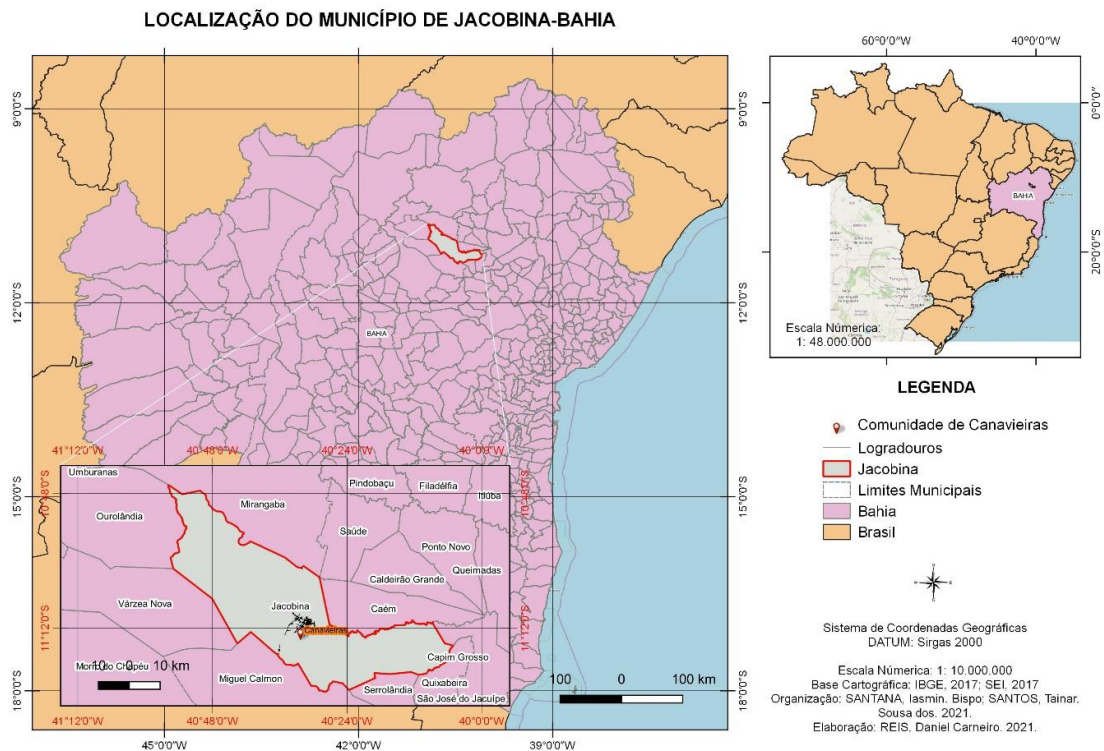
Em reportagem publicada no Bnews (2020), afirma que o estado da Bahia vem a ser um dos que mais produz o bem mineral do país ocupando a 4ª posição, vindo a ter uma arrecadação total da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), no ano anterior, de R\$ 5, 2 milhões. Com o total, 60% - R\$ 3,1 milhões – sendo repassado aos municípios produtores. Tendo como destaque no mês de janeiro a exploração aurífera com 40% de toda produção, além de ocupar a posição de produtor de mais sete bens minerais: bentonita, cromo, magnesita, salgema, talco, urânio e vanádio. (BNEWS, 2020).

No subcapítulo que segue iremos fazer um apanhado histórico da dinâmica da mineração no município de Jacobina bem como os conflitos que envolvem essa atividade.

1.3 A DINÂMICA DAS ATIVIDADES EXTRATIVA-MINERAIS NO MUNICÍPIO DE JACOBINA

O município de Jacobina possui uma população de aproximadamente 80.518 habitantes e área de 2.358,69 km². De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – 2015, o município está localizado no Centro Norte Baiano, entre as coordenadas de 10° 20' 00" a 11° 38' 00" latitude sul e 41° 30' 00" de longitude oeste (Figura 6). A história de Jacobina foi responsável pelo surgimento dos outros 09 municípios que fazem parte do território identidade Piemonte da Chapada Diamantina sendo eles: Caém, Capim Grosso, Mirangaba, Ouroândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas e Várzea Nova (BRASIL, 2015).

Figura 6 - Localização do Município de Jacobina, Bahia



Fonte: SANTANA, Iasmin Bispo; SANTOS, Tainar Sousa dos. Elaborado por REIS, Daniel, 2021.

Como já foi dito, Jacobina faz parte do território de identidade do Piemonte da Chapada Diamantina distância 341 km da capital baiana. Seu povoamento iniciou a partir do século XVI, momento em que foram descobertas minas auríferas, sendo assim um grande marco para o desenvolvimento populacional de Jacobina, incluindo o genocídio e escravidão de indígenas e africanos. Em virtude desse processo o êxodo rural apresentou-se em evidência e as minas passaram a ser exploradas por empresas multinacionais, essa descoberta fez com que pessoas de vários estados, municípios e países diferentes viessem para o município trabalhar, ao longo dos anos se passaram várias empresas mineradoras e atualmente a empresa que exerce a atividade minerária é Yamana Gold - JMC (RAMOS, 2018).

A geologia dos municípios que fazem parte do território identidade Piemonte da Chapada Diamantina, apresentam unidades dos Paleoproterozóico e Neoproterozóico, o que acaba resultando numa riqueza mineral diversificada dentre elas temos rochas, formações ferríferas, xistos e quartzitos, formações

Salitre, e em outras séries de complexas formações que resultaram na formação da geologia de Jacobina, tendo assim grandes depósitos minerais metálicos, não metálicos e de pedras preciosas, como manganês, ametista, esmeralda, barrita e ouro, como destaque, atualmente as minas auríferas são exploradas pela empresa multinacional Jacobina Mineração e Comércio Ltda., através do grupo canadense Yamana Gold (PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDSS, 2017, p. 15).

Nas Minas recém-descobertas, logo se instala a Igreja Matriz de Santo Antônio em 1705, e em 1706 é instalada a Missão do Bom Jesus da Glória. Havia também diversas ordens para aprisionar os negros, presença marcante nessa região, como a ordem emitida ao Capitão do Mato Domingos Gonçalves Ferreira, que lhe ordena aprisionar os quilombos e mocambos em Jacobina. Em 1720, Jacobina passa a ser Vila, passado a possuir os mais altos cargos da administração colonial. O século XVIII foi marcante pela decadência da economia de Salvador, devido à falta de mão de obra escrava que foi deslocada para as minas em Jacobina (PTDSS, 2017, p. 10).

No final do século XVIII, houve queda na produção de ouro dos garimpos localizados em todas as regiões produtoras de bens minerais na Bahia, abrindo espaço para à criação de gado e à lavoura. Posteriormente no século XIX, pouquíssimas minas são descobertas, destacando-se apenas as minas da Serra do Arubá em 1808, em Vitória da Conquista (RÊGO, 2018).

De acordo com Farias (2008), em 1880 a exploração aurífera continuou em Jacobina pela Companhia Minas de Jacobina de capital brasileiro e inglês, que conseguiu o consentimento para a exploração do ouro e outros metais preciosos na comarca de Jacobina por meio de Decreto Imperial. A exploração consistia através do tratamento mecanizado e com amalgamação, porém a empresa após 17 anos de atividade no município decretou falência, o que resultou no abandono de restos de suas instalações.

Em meados do século XX, na década de 1930, o povoado de Itapicuru a exploração de minérios foi resgatada pelo comerciante Leonídio Miranda e aproximadamente 300 garimpeiros. Por volta de 1940, houve uma brusca redução na exploração dos minérios, pois a Companhia Minas de Jacobina recorreu na justiça alegando que suas terras tinham sido invadidas (FARIAS, 2008).

Em 1947, a Companhia Minas de Jacobina foi vendida para a Mineração de Ouro de Jacobina – Ltda, de capital brasileiro e canadense, sendo vendida posteriormente no ano de 1950, para a empresa Mineração Northfield Ltda, também de capital canadense e brasileiro, tendo suas atividades até 1966. Por volta de 1970, a UNIGEO, uma associação entre a empresa ICOMI e Anglo América Sul Africana no Brasil, deu continuidade na exploração das minas em Jacobina (RÊGO, 2018).

O projeto de instalação da mineradora em 1982, foi consumado. Já em 1988, a UNIGEO foi vendida para a empresa Jacobina Mineração e Comércio S/A (FARIAS, 2008). Fazendo um apanhado de todas as reversas de ouro no Estado durante 10 anos (1981-1990) foi constatado que as mesmas duplicaram, tendo como destaque a região de Jacobina tendo as maiores reservas (RÊGO, 2018).

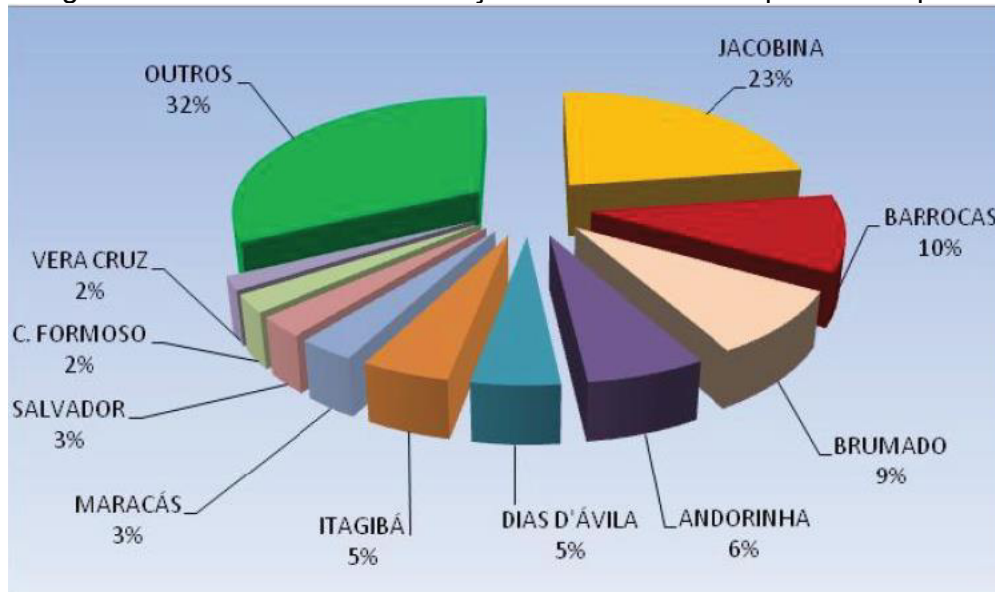
Em 1998, houve uma queda acentuada no preço do ouro no mercado internacional e políticas recessivas de diversos planos econômicos resultando na redução da produção de minérios, além do fechamento de duas minas, sendo que a Jacobina Mineração e Comércio foi vendida para a empresa de capital canadense William Resoures, que paralisou suas atividades em 1998, sendo retomada em 2003, passando para a empresa canadense Desert Sun Mining que reabriu mina, em 2004 (FARIAS, 2008).

A partir de 2006, a empresa foi adquirida pela Yamana Gold de capital canadense, sendo denominada Jacobina Mineração e Comércio (JMC) – a Yamana Gold continua suas atividades até os dias atuais explorando minas subterrâneas de ouro de João Belo, Morro do Vento, Morro do Cuscuz, Canavieiras Sul, Canavieiras Central e Canavieiras Norte com uma planta de beneficiamento em comum, as seis minas compreendem 5.996 hectares em concessões minerais, com 129.572 hectares de concessões para a exploração e 6.012 hectares em títulos de exploração. 75% dos recursos e reservas estão em quatro minas: João Belo, Morro do Vento, Canavieiras Sul e Canavieiras Central (YAMANA GOLD, 2016).

Vale ressaltar que no capítulo seguinte iremos dá uma maior ênfase na Comunidade de Canavieiras, que pelo fato do seu território se destacar em termos de reservas minerais e recursos hídricos, as pessoas que ali residiam sofreram o processo de espoliação territorial. De acordo com os dados do

Desempenho da Mineração Baiana de 2016, Jacobina está entre os cinco municípios que mais se destacam como os maiores geradores de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – DMB (Figura 7) (DESEMPENHO DE MINERAÇÃO BAIANA, 2017, p. 12). Vale destacar que o ouro lidera o ranking entre as substâncias em termos de valor da CFEM arrecadados.

Figura 7 – Bahia 2016: Arrecadação de CFEM – Principais Municípios



Fonte: Desempenho da Mineração Baiana, 2016.

Jacobina está entre os dez municípios que mais arrecadaram no mês de janeiro do ano de 2020, sendo que, 79% do montante ficou entre os dez municípios. Vindo assim Jacobina a ocupar o primeiro lugar com 28%, com a produção de ouro, agregados e rocha ornamental (BNEWS, 2020). Diante desse cenário fica evidente os conflitos territoriais envolvendo essa atividade, conforme Guidice e Souza (2009) os conflitos que surgem por causa do controle dos espaços de poder que as cidades coloniais constituem envolvem o estado colonial, a Igreja Católica, o capital comercial, e outros interesses locais e regionais da colônia que incluíram demandas e pressões por parte dos grupos sociais que mais sofrem exploração, como é o caso dos trabalhadores urbanos, índios, mestiços e escravos negros.

E esses conflitos se tornam mais intensos, principalmente, em cidades mineradoras, como é o caso da Comunidade de Canavieiras que sofreu com a

apropriação de suas terras por causa das atividades de mineração. Conforme Ferreira e Gomes [2008?], p. 01):

Entendemos que a apropriação da terra no campo implica em determinadas formas de produção que a caracteriza. E uma vez a terra apropriada, tanto para o fim de reserva de valor como para a produção, passa a pertencer a uma DTT (Divisão Territorial do Trabalho) para qual, a técnica tem sido o critério norteador. Na realidade brasileira podemos identificar que a distribuição territorial das relações de produção está diretamente ligada à forma de apropriação da terra na trajetória de formação desse território, desde a chegada dos portugueses aos tempos atuais com as determinações político-econômicas vigentes.

A partir do século XXI, começou-se um novo modelo de apropriação de terras pelo capital e pelos Estados, que colocou novamente a questão agrária e ambiental no centro das disputas geopolíticas, particularmente, no chamado “sul global”. No Brasil e na América Latina, esse processo teve muitas contradições e complexidade já que promovido por vários governos “progressistas” e de “esquerda” em acordo com empresas monopolistas nacionais e internacionais (AZEVEDO, 2019, p. 23).

O conjunto de impactos nas comunidades, no meio ambiente, no estado de saúde dos trabalhadores, interferência na organização da propriedade fundiária ou expropriação dos camponeses de suas terras expõe elementos que são próprios da mineração em larga escala (GONÇALVES, 2016, p. 160). Todo esse cenário vem gerando conflitos por terras.

A comunidade de Canavieiras sofreu e ainda sofre aqueles moradores que ainda estão residindo em suas terras com os impactos da mineração em seu território. A população dessa comunidade tradicional se apropriava da terra praticando agricultura em abundância, criação de animais, pesca, dentre outras atividades econômicas de subsistência. Conforme Toledo (2001), os povos das comunidades tradicionais adotam uma estratégia multiuso na apropriação da natureza:

Praticam formas de produção rural de pequena escala e intensiva em trabalho, produzindo pequenos excedentes, apresentando necessidades satisfeitas com reduzida utilização de energia, (d) não dispõem instituições políticas centralizadas, organizam suas vidas a nível comunitário, tomando decisões em base de consenso, (e) compartilham língua, religião, crenças, vestimenta e outros indicadores de identificação assim como uma relação estreita com seu território. (f) apresentam uma visão de mundo específica consistindo em uma atitude de proteção e não-materialista em sua relação com a terra e os recursos naturais baseada num intercâmbio simbólico com o mundo

natural, (g) são dependentes de uma sociedade e cultura hegemônicas (TOLEDO, 2001, p. 02).

No dizer de Bonnemaïson e Cambrezy (1996) apud Ramos e Padoan (2015) a ligação que os povos e comunidades tradicionais estabelecem com seu espaço de vida é mais intensa, pois, além de um território provedor de recursos, o espaço consiste em apropriações simbólico-religiosas. Sendo assim, temos a presença dos mais variados tipos de apropriação das terras dessa comunidade tradicional.

O território precisa ser visto como uma trama cheia de contradições para se analisar a cadeia de produção de valor como um processo de circulação de capital e mercadoria, de matéria e de energia. Esses processos metabólicos de apropriação, transformação, circulação, consumo e descarte após serem extraídos todos os recursos presentes por meio da mineração geram conflitos territoriais, seja da renda da terra, do valor de uso e de troca da natureza (CRESSWELL, 2013 apud MODARDO, 2019, p. 06).

Para Antonino (2019, p. 141) quando se designa um território como extrativo-mineral se tem por objetivo levar a compreensão do uso que se faz do espaço geográfico, isto é, de como a atividade extrativa se apropria do espaço e o faz tornar-se território, envolvendo uma complexidade de diferentes grupos sociais que também precisam deste mesmo território. O autor ainda vem nos dizer que onde existirem minerais estratégicos, em quantidade abundante e/ou com alto teor para comercialização, fatalmente haverá disputa e, sequencialmente, extração.

Antonino (2019, p 144 e 145) fala sobre as barragens de rejeitos em Jacobina e relembra os casos de Brumadinho e Mariana, ambas em Minas Gerais e questiona se teremos uma repetição de tragédias por rompimento de barragens no estado da Bahia. É o território extrativo-mineral do futuro, que começou sua atividade de extração há alguns anos e apavora populações ao redor que não são respeitadas em seus territórios. Sobre o discurso de progresso e desenvolvimento para o local que estão sendo feitas a extração de minérios, a mineração não chega para mudar nada estruturalmente dessa realidade desigualdades sociais, vulnerabilidades na saúde, na educação, nas moradias etc. Pelo contrário, acaba atuando de forma a concentrar riquezas e potencializar

a geração de mais conflitos neste embate entre território-recurso-mineral e o território-terra-abrigo (ANTONINO, 2019, p. 149).

Rêgo (2018) diz que o conflito é oriundo da não aceitação, por parte da população atingida, das consequências adversas geradas pelos grandes projetos capitalistas apoiados pelo Estado. No caso de Jacobina, a população atingida é da comunidade de Canavieiras além de outras que não serão discutidas aqui. Os trabalhadores da mineração começaram a sofrer de doenças que impactaram a vida desses indivíduos e de suas famílias. Nessa perspectiva, Maldonado -Torres (2019, p. 44) evidencia que:

Os condenados são os sujeitos que são localizados fora do espaço e do tempo humanos, o que significa, por exemplo, que eles são descobertos junto com suas terras em vez de terem o potencial para descobrirem algo ou de representarem um empecilho para a conquista de seu território. Os condenados não podem assumir a posição de produtores do conhecimento, e a eles é dito que não possuem objetividade. Do mesmo modo, os condenados são representados em formas que os fazem se rejeitar e, enquanto mantidos abaixo das dinâmicas usuais de acumulação e exploração, podem apenas aspirar ascender na estrutura de poder pelos modos de assimilação que nunca são inteiramente exitosos. A colonialidade do poder, ser e saber objetiva manter os condenados em seus lugares, fixos, como se eles estivessem no inferno. Esse é o inferno em relação ao qual o céu e a salvação do civilizado são concebidos e sobre os quais ele está acoplado.

Os dados do Caderno Conflitos no Brasil (2018, p. 47), com relação aos conflitos por água, Jacobina aparece como nome do conflito entre as comunidades de Canavieiras/ Itapicuru e Jaboticaba *versus* Mineração Yamana Gold, na situação de diminuição do acesso a água, devido as atividades de mineração que jogam os rejeitos nos rios impossibilitando o consumo desse recurso.

De acordo com Antonino (2018, p. 242), conflitos pela escassez de água nesta região de semiárido, além dos riscos de rompimento da maior barragem de rejeito do estado, operada pela empresa Yamana Gold e, localizada à montante de comunidades e da sede municipal, são as situações vivenciadas nessa localidade ao norte da Chapada Diamantina. Germani (2010, p. 15) vai dizer que só vai ter conflito onde tiver valorização do espaço e quando se evidenciam lógicas contraditórias de apropriação do espaço geográfico. Assim, tanto a comunidade tradicional, quanto a mineradora se apropriam do daquele espaço de um modo diferente, sendo esta última interessada em explorar o ouro daquela área. Para Porto-Gonçalves (2012) *apud* Antonino (2018, p. 14):

O setor mineral continua como um dos grandes eixos concentradores de riqueza na atualidade e realiza-se na transformação da natureza – um bem natural, coletivo e finito – em recurso mineral comercial para fins privados. Nesse amplo processo econômico-capitalista na escala mundial, há uma “globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente”.

Diante desse apanhado histórico, é possível perceber que a mineração contribuiu para o impulsionar a formação e o desenvolvimento das cidades, bem como a desterritorialização e reterritorialização de grupos tradicionais. É possível constatar também que essas atividades geram conflitos devido aos efeitos colaterais quando mal articulados pela administração das empresas responsáveis pela exploração do ouro. Nesta perspectiva é importante evidenciar a contribuição de Haesbaert (2019, p. 131-132):

“[...] nunca nos desterritorializamos sozinhos, mas pelo menos de dois em dois e, principalmente, toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização. Onde se dá reterritorialização da terra? Esta reterritorialização se dá de duas formas: na construção de territórios sociais (referentes ao processo de desterritorialização relativa) e no plano de imanência de um pensamento. Segundo autores, “a desterritorialização é *absoluta* quando a terra no puro plano de imanência de um pensamento-Ser de um pensamento-Natureza com movimentos diagramáticos infinitos “.

Mondardo (2019, p. 07) afirma que os povos e comunidades tradicionais questionam a ordem monopolística do Estado e afirmam territorialidades alternativas e/ou de resistência por meio de fluxos desterritorializantes que imprimem novas formas de reterritorialização, por meio de luta, resistência e emancipação. A população residente na comunidade realizou manifestações contra a presença da mineradora no seu território diversas vezes, mas sem êxito. Os caminhões continuaram circulando e a exploração do ouro também, juntamente com todos os danos ao meio ambiente e a população que ali habitava.

As reflexões de Souza (2013, p. 27) contribuem para esta pesquisa, quando o autor relata que devido a esses processos de contaminação por produtos químicos de tudo ao seu redor, a população é forçada a negociar com a mineradora suas terras por preços ínfimos, pois não estão suportando tamanha degradação em suas terras. Esses moradores passam a residir nos bairros da cidade de Jacobina, na tentativa de recomeçar suas vidas, em uma realidade totalmente diferente do que se tinha antes. Nos próximos capítulos, discutiremos

como se dá esse processo e a formação territorial, dando ênfase a comunidade de Canavieiras, localizada neste município e falaremos mais sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização da comunidade tradicional.

2. A COMUNIDADE DE CANAVIEIRAS ANTES DA YAMANA GOLD

2.1 O MODO DE VIDA E ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE E AS SUAS TERRITORIALIDADES

O objetivo deste capítulo é retratar a organização e o modo de vida dos moradores da comunidade de Canavieiras bem como suas relações com o território, que era ocupado por aproximadamente 128 famílias, antes da construção da segunda barragem, nomeada B2, construída em 2008 com a função de armazenar os rejeitos da mineradora Yamana Gold, sendo assim necessário a saída da população após essa construção, pois ficou inviável a permanência dos moradores na referida comunidade, devido a poeira da mineração, as explosões, destruição da fauna e da flora, dentre outros problemas. Os entrevistados relatam que a comunidade era bem tranquila e eles tinham uma forte relação com a natureza, pois utilizavam seus recursos para a sua sobrevivência.

Era o rio que vem da Canavieira de Dentro e o rio que vem do Retiro. É que na verdade, esse rio que vem do Retiro recebe água também do Rio Itapicuruzinho, o Rio Itapicuru. Aí quando ele chega no Retiro, aqui na barragem porque fizeram uma barragem. A EMBASA fez uma barragem e aí a barragem recebe água desses dois rios.

Como aproveita esses rios! Para lavar roupa. A água do rio a gente só não fazia beber, mas o pessoal lavava roupa, o pessoal molhava planta, fazia quase todas as atividades nesse rio [sic] (ENTREVISTADO PAULO, 2021p).

As Figuras 8 e 9, respectivamente, mostram algumas casas na Rua Nova e Rua Cabo da Gata na comunidade, enquanto a figura 10 mostra a arquitetura de uma casa em Canavieiras quando residia um maior número de famílias. Atualmente muitas residências foram demolidas pela mineradora após a venda do imóvel, enquanto outras ainda estão edificadas.

Figura 8 – Casas na comunidade de Canavieiras - Rua Cabo da Gata



Fonte: Fotografia retirada do perfil do facebook. Povoado Canavieiras. 21 dez. 2014.
Disponível em: em:
<https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=327853727416699&id=100005762234334&sfnsn=wiwspwa> Acesso em 05 abr. 2021.

Figura 9 – Residências em Canavieiras - Rua Nova



Fonte: Fotografia retirada do perfil do facebook. Povoado Canavieiras. 21 de
Dezembro. 2014. Disponível em:
<https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=327853727416699&id=100005762234334&sfnsn=wiwspwa> Acesso em: 05 abr. 2021.

Figura 10 – Casa em Canavieiras



Fonte: Fotografia retirada do perfil do facebook. Povoado Canavieiras. 21 de dez..2014. Disponível em: <
https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=327853727416699&id=100005762234334&sfnsn=wiwspwa> Acesso: 05 abr. 2021

Retomando o conceito de populações tradicionais, Pimentel e Ribeiro (2016), explicam que as populações tradicionais são basicamente populações locais, do qual seu conhecimento é tradicional, os elementos da natureza e sua dinâmica são aproveitados como recursos de sobrevivência. É um povo que traz enraizado a herança de seus antepassados, reproduzidas em seu cotidiano. A partir desses conhecimentos eles organizam o seu território e o tempo, construindo suas habitações, horários de lazer e trabalho. Outra contribuição que os autores nos apresentam é que as populações tradicionais exibem um modelo de ocupação do espaço e recursos naturais que são voltados em sua maioria para a subsistência, com pouca ou nenhuma relação com o mercado. Sendo uma produção que é desenvolvida pela família com a utilização de tecnologias que são passadas pelos seus ancestrais, constituindo uma economia sustentável.

Em Canavieiras as atividades econômicas que eram desenvolvidas pelos moradores consistiam na extração de ouro das Serras da Jacobina, os famosos

garimpos, além do campesinato e a retirada de areia nos rios. A comunidade era composta por grupos religiosos (como católicos e evangélicos), grupos de crianças, benzedeiras, parteiras. A associação de moradores existia, porém segundo relatos dos moradores ela estava desativada já há alguns anos.

A atividade de garimpagem também era realizada na comunidade de Canavieiras como fonte de sobrevivência de moradores da comunidade, em busca do ouro. Conforme Pádua (2020, p. 56) “garimpo é localidade onde é desenvolvida a atividade de extração de substâncias minerais de maneira manual ou semi-mecanizada, não raro de maneira ilegal”. O garimpo se configurava como um meio de garantir uma outra fonte de renda, para poder garantir os alimentos da indústria e esse ouro era lavado no Rio Canavieira:

Lá era mais o garimpo. Pessoas viviam mais de garimpo tiravam areia também nos rios, mas a atividade mais era garimpo e a gente vivia mais da nossa terra [sic] (ENTREVISTADO PAULO, 2021p).

Ainda segundo o morador, quando faltava o dinheiro para comprar um açúcar, por exemplo, era do garimpo que eles encontravam a solução, buscando o ouro, lavava no rio e conseguia o dinheiro para comprar os alimentos que não eram cultivados nos quintais das residências.

Segundo relatos dos moradores, os garimpos na comunidade existiam há alguns anos e eles eram praticados pelos moradores da própria comunidade que utilizavam ferramentas na extração do ouro como marreta, aço, o moinho e o motor, nas Serras da Jacobina.

Existia garimpo sim; na realidade o povo falava que os garimpos eram dos antigos e as primeiras pessoas que chegaram na comunidade né?! [sic] (ENTREVISTADA ANA, 2021a).

Os garimpeiros mais antigos defendem o chamado garimpo artesanal, que é aquele tradicional da serra, no qual estavam presentes em formas antigas de extração na Chapada Diamantina, demonstrando ferramentas, equipamentos e técnicas utilizados na garimpagem (MATTA, 2006, p. 170). Esse tipo de garimpo era realizado na comunidade de Canavieiras, através das ferramentas já mencionadas anteriormente.

Conforme Pimentel e Ribeiro (2016), o território tradicional é cenário que ocorre à reprodução econômica, social e cultural dos povos e comunidades

tradicionais. O termo desenvolvimento sustentável ⁴consiste no “uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras” (BRASIL, 2007). Vale ressaltar a contribuição dos autores Pimentel e Ribeiro (2016), no que diz respeito a sustentabilidade, que abarca a forma que as populações tradicionais utilizam para se relacionar com a natureza, sendo o desenvolvimento sustentável apontado como uma maneira para resolver os problemas entre o desenvolvimento econômico e a conservação da natureza.

Para Costa Filho e Mendes (2014) os territórios tradicionais são palcos das dimensões simbólicas. Estando impressos neles os acontecimentos, fatos históricos que mantêm viva a memória da população tradicional, neles estão cravados os antepassados, e isso determina o modo de vida e a visão de mundo, diante disso os povos das comunidades tradicionais conhecem profundamente seu território.

Existiam dois rios aqui. Eram bem aproveitados. Aproveitados com banho, lavar o prato, lavar roupa. E a pesca. A cachoeira era utilizada é bastante. Muitas brincadeira e lembrança. A cachoeira mesmo, campo de futebol. juntava a galera todinha. Ali naquele Colégio ali abandonado a noite para fazer resenha, jogar conversa fora. A infância muito boa aqui. Não tenho do que reclamar não. Ave Maria! [sic] (ENTREVISTADO EDSON, 2021e).

Infelizmente as comunidades tradicionais são marcadas pela retirada de suas terras tradicionalmente ocupadas, em sua grande maioria passam pelo processo de expropriação territorial por fazendeiros, empresas, grileiros, não podemos deixar de citar a Comunidade de Canavieiras que teve seu território expropriado por um megaempreendimento minerário. Nas Figuras 11, 12 e 13, os moradores fizeram desenhos das ruas em que residiam na comunidade, onde puderam lembrar suas vivências guardadas na memória e no coração deles. Através dos desenhos foi possível visualizar um pouco dessa organização da comunidade.

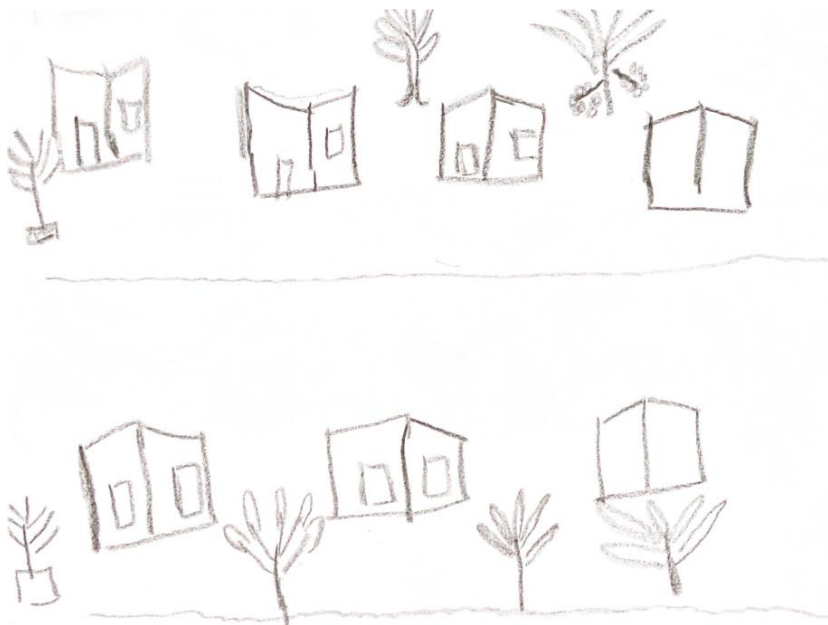
⁴ [...] o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007).

Figura 11 – Representação da Rua da Entrevistada Ana.



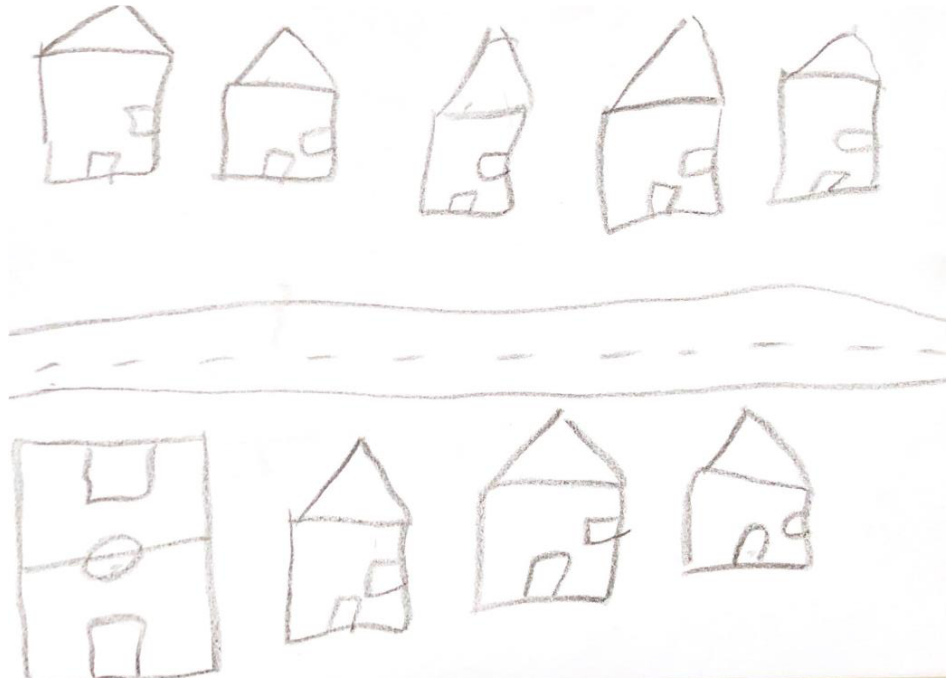
Autor: Entrevistada Ana, 2021

Figura 12 – Representação da Rua do Entrevistado Paulo



Autor: Entrevistado Paulo, 2021

Figura 13 – Representação da Rua do Entrevistado Edson



Autor: Entrevistado Edson, 2021.

De acordo com os moradores de Canavieiras lá existia escola, mercadinhos, área de lazer que era a cachoeira, não tinha posto de saúde, porém havia agentes de saúde que iam sempre na comunidade dar assistência. Os moradores em suas falas deixam explícito a relação de pertencimento com a comunidade além de suas experiências.

Tinha escola. Ainda hoje tem o colégio lá, só que tá desativado porque com a retirada da comunidade. Mas tinha um colégio que meus filhos estudaram muito lá. Não tinha posto de saúde, mas as agentes de saúde sempre iam lá em Canavieiras, sempre davam o suporte. Tinha mercado. O mercadinho de Zé Carlos e o mercadinho de Genival. Tinha os mercadinhos. Mas existia os mercadinhos, hoje não existe mais venda, hoje é mercadinho. Mercadinho, mercearia, hoje é assim. Bar também. Não tinha padaria. Os pães vinham da cidade. A gente comprava pão aqui da cidade porque tinha um rapaz que sempre ia vender pão lá e a gente também comprava na cidade [sic] (ENTREVISTADO PAULO, 2021p).

Na perspectiva de pertencimento e território simbólico Haesbaert (2011) traz uma citação de Bonnemaïson e Cambrèzy (1996).

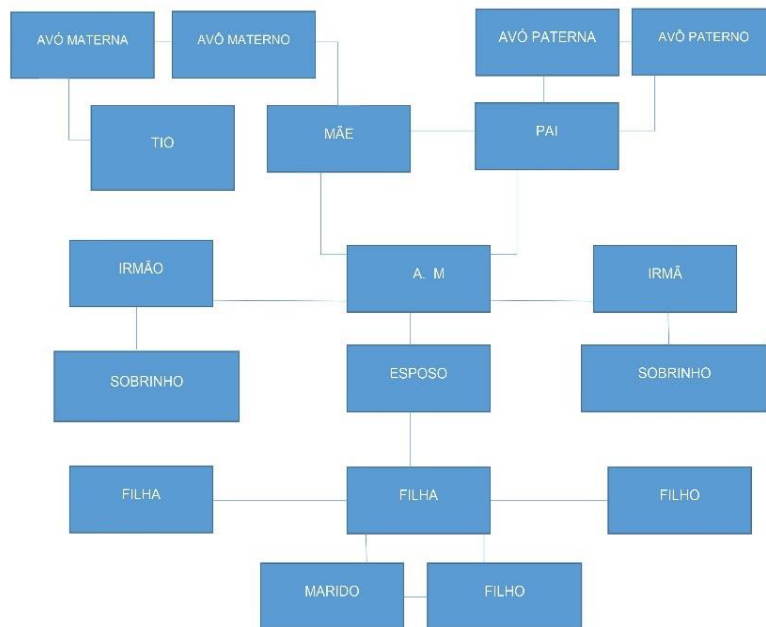
[...] o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono. Ela supõe redes múltiplas, refere-se a geossímbolos mais que a fronteiras, inscreve-se nos lugares e caminhos que ultrapassam os blocos de espaço homogêneo e contínuo da “ideologia geográfica”.

Segundo Costa Filho e Mendes (2014) os povos tradicionais desenvolvem atividades de produção que consiste na caça, pesca, plantio, extrativismo e criação de animais. Essas atividades possuem íntima relação de parentesco e compadrio baseadas na troca e solidariedade entre os grupos locais, família e a comunidade. Assim é descrito pelos moradores o sentido de comunidade tradicional, a partir do modo de vida, de sua organização, da relação de dependência e responsabilidade com os recursos naturais. Na maioria das vezes essas comunidades são estruturadas com base nos princípios da autonomia e liberdade, essas práticas estão interligadas à utilização de recursos naturais renováveis e tecnologia de baixo impacto ambiental, além de explorar as potencialidades da comunidade respeitando seus limites. É importante ressaltar que, os moradores de Canavieiras faziam a criação de animais domésticos como bovinos, aves, suínos, ovinos, dentre outros. Os animais eram utilizados para fornecer carnes, ovos e leite, sendo mais uma prática de sobrevivência na comunidade.

Canavieiras, a gente era praticamente uma família. É o bairro, a comunidade toda era praticamente uma família porque era assim: quando você precisava de uma coisa, era só correr na casa do vizinho e ele te socorria. E a gente tinha era uma irmandade, então a gente era como se fosse uma família, lá em Canavieiras [sic] (ENTREVISTADO PAULO, 2021p).

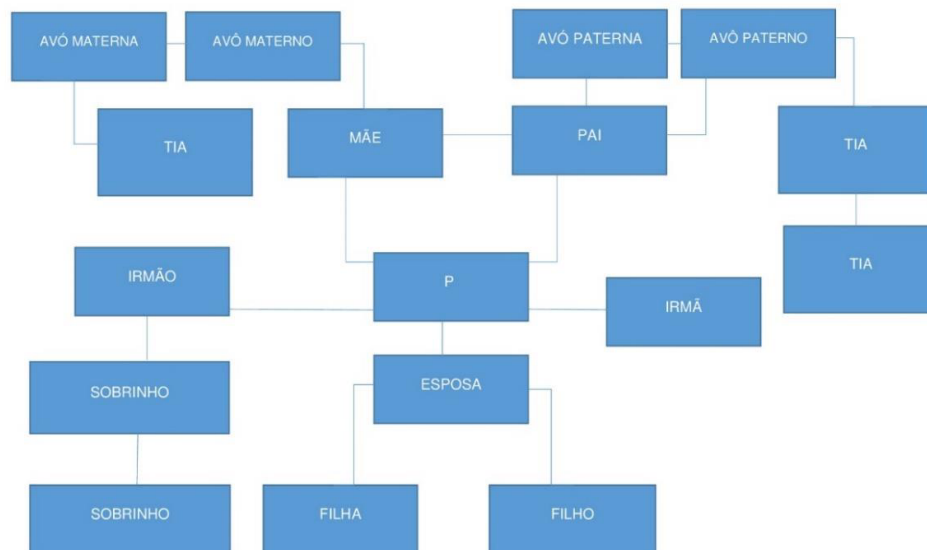
Os entrevistados ainda fizeram a árvore genealógica (Figura 14, 15 e 16) correspondente às gerações de sua família, desde os avós, até os membros mais novos da família.

Figura 14 – Árvore genealógica da família de Ana.



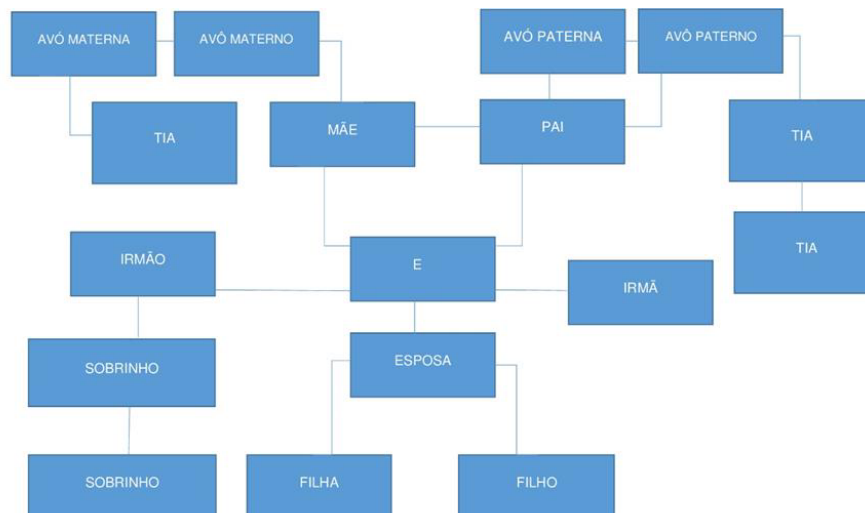
Fonte: SANTANA, Iasmin Bispo; SANTOS, Tainar Sousa dos, 2021.

Figura 15 – Árvore genealógica da família de Paulo



Fonte: SANTANA, Iasmin Bispo; SANTOS, Tainar Sousa dos, 2021.

Figura 16 – Árvore genealógica da família de Edson



Fonte: SANTANA, Iasmin Bispo; SANTOS, Tainar Sousa dos, 2021.

2.2 A AGRICULTURA TRADICIONAL NA COMUNIDADE DE CANAVIEIRAS

De acordo com relatos dos ex-moradores, todo o sustento de suas famílias era retirado da própria terra. Diante desse modo de vida, é perceptível notar que a comunidade se enquadra nos moldes da agricultura de subsistência (ou tradicional) e na agricultura de quintal. Discutiremos esses termos a partir de agora.

Canavieiras se consolidou como comunidade tradicional, pois se tinha esse modo de vida baseado na participação dos filhos, da esposa e do marido na produção. Segundo os antigos moradores de Canavieiras, a produção na comunidade era para o próprio uso das famílias.

Os agricultores não tinham apoio da secretaria de agricultura do município. O que era produzido é mais horta, aí tinha essa plantação de tomate, aí pé de manga, frutas. Goiaba, essas frutas assim, sabe?! Era o que era mais produzido. A agricultura era praticada nos quintais, que tinha antigamente [sic] (ENTREVISTADA ANA, 2021a).

Na comunidade de Canavieiras era realizada o terceiro modelo que é a agricultura de subsistência que:

Caracteriza-se por ter uma predominância das lógicas familiares e pouca dependência do mercado e de tecnologias modernas. Ressalta-se forte presença de técnicas tradicionais, com objetivo de satisfazer as necessidades familiares de consumo, em detrimento do lucro e da acumulação de capital. Neste terceiro modelo, muitas vezes a opção por manter-se na lógica de produção tradicional, caracteriza-se por ser uma estratégia de autodefesa do agricultor em se proteger do mercado ou mesmo garantir sua identidade enquanto agricultor familiar (GHIZELINI; ARAGUÃO, 2019, p. 97)

Esse tipo de agricultura utiliza técnicas tradicionais, que não são agressivas ao solo, como o uso de agrotóxicos descontrolado na produção agrícola brasileira que, mesmo que sejam utilizados em quantidades pequenas, eles também trazem malefícios irreparáveis à saúde humana como diversos tipos de cânceres, por exemplo e outras diversas doenças. Geralmente ele dispensa a força de trabalho de outras pessoas que não sejam familiares, e produz apenas o suficiente para seu consumo anual ou por período do ano como era o caso dos moradores de Canavieiras.

As famílias conseguiam produzir, garantindo o alimento diário para as suas necessidades nutricionais, solidificando a sua economia, comprando

apenas produtos impercíveis da indústria, sendo estes comprados em mercadinhos na própria comunidade. Eles também compravam os pães que vinha da cidade.

Tinha os mercadinhos. Bar também. Não tinha padaria. Os pães vinham da cidade, a gente comprava pães aqui da cidade porque tinha, um rapaz que sempre ia vender pão lá e a gente também comprava na cidade [sic] (ENTREVISTADO PAULO, 2021b)

A água utilizada vinha de uma adutora de água bruta, de dois rios, de acordo com os moradores, que era o Rio da Canavieira e o Rio Itapicuru-Mirim. Essas águas eram utilizadas no uso doméstico, na agricultura, consumo, dentre outras diversas atividades. O Rio Canavieiras possuía água doce para o consumo e o Rio Itapicuru tinha água salobra.

Existia dois rios aqui. Eram bem aproveitados para o banho, lavar os pratos, lavar roupa. E a pesca. A cachoeira era utilizada é bastante [sic] (ENTREVISTADO PAULO, 2021p)

Segundo Amorozo (2002) “os quintais, definidos como áreas ao redor dos domicílios, ocupam uma posição especial nestes sistemas, visto que ali cultivam-se plantas para vários fins, como alimentares, condimentares, medicinais, ornamentais. A autora ainda traz que os agricultores trazem plantas de outras áreas, plantam e observam seu crescimento e aclimação, elementos da vegetação nativa e mudas trazidas da roça para esperar a próxima estação de cultivo. Para Amaral e Guarim Neto (2008), os quintais são uma das formas mais antigas de manejo da terra, fato esse que, por si só, indica sua sustentabilidade. De acordo com entrevista de um morador que ainda reside na comunidade:

Era produzido na agricultura mais alface, cebola, coentro, jaca, manga. Pratico agricultura em meu quintal. Pouco, mas sim. Tem plantação de banana, mangueira aqui, jaca, eu planto alface, coentro, cebolinha, só para o meu consumo [sic] (ENTREVISTADO PAULO, 2021p).

Nesse tipo de agricultura é comum ter uma certa variedade de espécies frutíferas, hortaliças, dentre outros, além de para possíveis eventos como no caso do surgimento de pragas na plantação, períodos de grande seca ou de muita umidade, exaustão do solo, dentre outras situações (AMOROZO, 2002, p. 02).

Na comunidade tinha agricultores. Eu mesmo sou de um deles que esse tempo que eu morei em Canavieira, não sabia o que era um preço de uma goiaba, acerola, jaca, manga, banana, de um aipim porque tudo a gente tinha lá. Praticava agricultura no quintal. Tinha as árvores das frutas, a horta, e as hortaliça. A gente era quem fazia. A

comunidade mesmo, o pessoal da comunidade mesmo. Praticamente a gente não tinha pessoas de fora que viesse incentivar a gente. Porque a gente plantava para o sustento da gente mesmo [sic] (ENTREVISTADO PAULO. 2021p).

A comunidade tinha disponível, recursos que facilitavam o plantio nesses quintais, além da água, dispunha também de solos férteis que não necessitavam do uso de adubos ou quaisquer produtos químicos na produção da agricultura de subsistência e de quintal.

A gente plantava para o sustento da gente mesmo. Não era acompanhado por técnico do município. Na época não tinha dificuldade porque a gente tinha uma água lá que era constante. Então, a gente não tinha dificuldade porque a gente tinha bastante água. Uma terra muito boa. Existia planta que você não precisava de colocar adubo porque a terra é muito boa. Muito boa [sic] (ENTREVISTADO PAULO, 2021p).

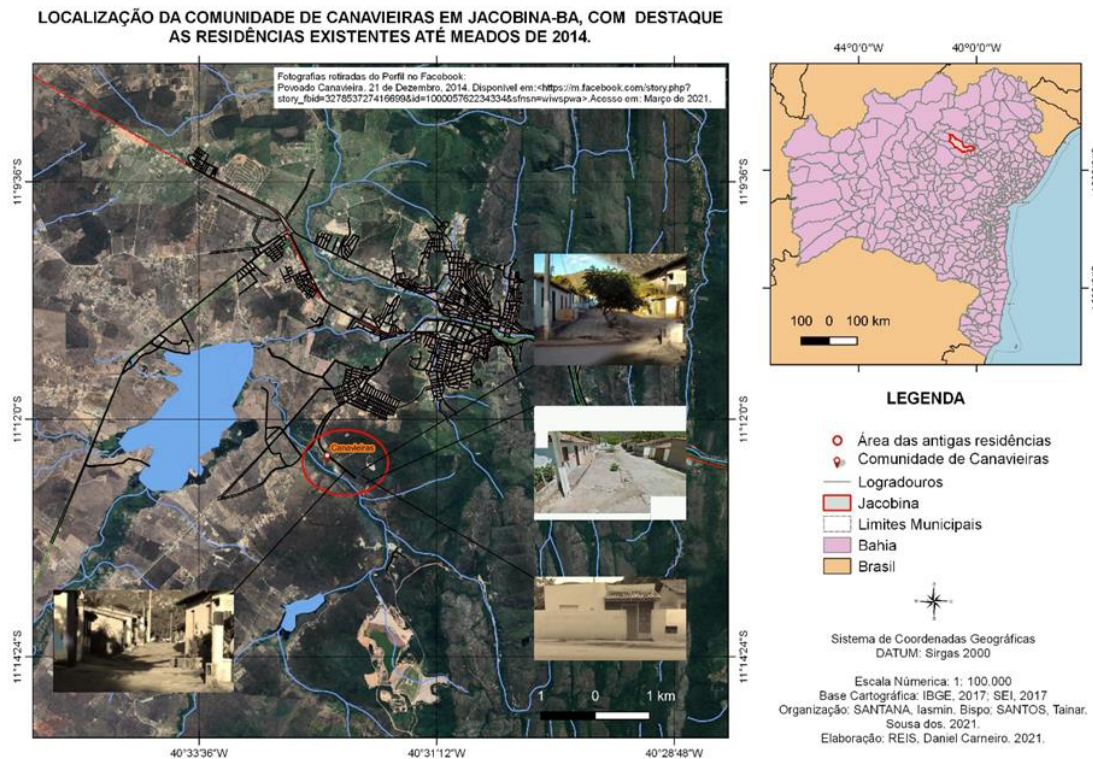
No próximo capítulo, faremos a discussão sobre os processos de desterritorialização e reterritorialização da comunidade de Canavieiras, trazendo as informações sobre os conflitos, negociações e readaptação dos moradores nos bairros da cidade de Jacobina e dos moradores que permaneceram na quase extinta comunidade.

3. A REESTRUTURAÇÃO DA COMUNIDADE DE CANAVIEIRAS COM A CHEGADA DA YAMANA GOLD

3.1 O PROCESSO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Ao longo dos anos, a comunidade de Canavieiras passou por processos de desterritorialização. Seu território foi espoliado por duas vezes. A princípio chamava-se Canavieiras de Dentro, de acordo com relatos de antigos moradores, era uma comunidade bem dinâmica. A primeira espoliação ocorreu em meados dos anos 1960 – 1970, pelo motivo de estar localizada bem próxima a mina João Belo, nesse período as famílias não obtiveram nenhuma compensação. Diante desse cenário as famílias de agricultores e garimpeiros tiveram que reconstituir seu território em Canavieiras de Fora ou Canavieiras. Na figura 17, é possível visualizar a localização da comunidade de Canavieiras no município de Jacobina, onde são destacadas algumas residências.

Figura 17 - Localização da Comunidade de Canaveiras em Jacobina – BA, com destaque as residências existentes até meados de 2014



Fonte: SANTANA, Iasmin Bispo; SANTOS, Tainar Sousa dos. Elaborado por REIS, Daniel, 2021.

Sofrendo novamente em 2010 um segundo processo de espoliação territorial, pelo motivo da comunidade está localizada a poucos quilômetros da segunda Barragem nomeada B2, ficando a jusante desta Barragem. Por este motivo, os moradores se viram obrigados a deixar novamente a comunidade, tendo que se reterritorializar em outros territórios, indo morar nos bairros Mundo Novo, bairro dos Índios, Jacobina III, Jacobina IV, bairro Nazaré e bairro Pontilhão de Canaveiras, nesse novo ciclo, eles tiveram que se readaptar e criar novos vínculos de trabalho e afetivos. Ainda residem três famílias em Canaveiras. A Figura 18 mostra uma casa abandonada na comunidade e mais ao fundo, outra residência onde reside uma família.

Figura 18 – Residências em Canavieiras



Fonte: SANTANA, Iasmin Bispo e SANTOS, Tainar Sousa dos, 2020.

A Yamana Gold teria reaberto a mineração com o apoio do governo estadual. A mineradora construiu em Canavieiras uma barragem de rejeito industrial. (TARGINO JÚNIOR, 2013, p. 35 e 36). Diante disso, cada uma das esferas da administração pública desenvolve um papel fundamental. O Estado capitalista é um mecanismo de geração do capital e de interesses da classe dominante. Mas na teoria, ele deve parecer que atende os interesses da coletividade e tomar decisões que beneficiem a mesma, tornando prática e teoria realidades divergentes (RÊGO, 2018, p. 81). A autora ainda nos esclarece que na esfera estadual, o INEMA é o único responsável pelo licenciamento ambiental, uma vez que o município não conta com um Conselho Municipal de Meio Ambiente. De acordo com o art. 20 da Constituição Federal (1988):

§ 1º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

De acordo com um inquérito, o INEMA e a Embasa estão sendo investigados devido estarem defendendo a mineradora. Em depoimento, o primeiro apresentou contradições com a explanação durante uma audiência. (ANTONINO, 2019).

Os Estados Nacionais assumem políticas econômicas chamadas “neoextrativistas”, com o objetivo de incentivar a exploração de bens comuns e a exploração para garantir saldo positivo na balança comercial e caixas estatais. Há também adaptações da legislação, para diminuir controles ambientais e trabalhistas, facilitando investimentos, principalmente de capital estrangeiro na mineração (CPT, 2014. p. 78). Os municípios que são atingidos pela mineração recebem 65% do valor correspondentes ao CFEM, que é destinado ao estado e ao Distrito Federal (ANTONINO, 2019).

O território estudado neste trabalho foi destruído. Conforme as fotografias 5 e 6 podemos observar as casas em ruínas, pelo motivo de interesses de uma empresa mineradora estrangeira, sabemos que no mundo globalizado que estamos vivendo é notório que esses empreendimentos se instalam em países e municípios subdesenvolvidos e acabam moldando ou destruindo os territórios ali existentes, a fim de alcançar seus interesses. Para os moradores da comunidade, o território de Canavieiras era sinônimo de pertencimento, onde muitos nasceram, cresceram e viveram anos de sua vida ali. O duro processo de desterritorialização trouxe sofrimento para as pessoas da comunidade, conforme entrevista abaixo:

Foi difícil porque abalou muito a gente. Eu me casei em Canavieiras. Cheguei em Canavieiras em 92, 93. Eu me casei. Os meus filhos nasceram lá. Hoje eu tenho um filho de 22 anos. Eu tenho uma menina com 19 anos. Nasceram lá. Imagina você morar em uma comunidade onde você não sabe o preço de uma goiaba, uma laranja, de uma manga, de uma tangerina, de uma acerola. Você não sabe o preço de uma fruta de jeito nenhum porque tudo a gente tinha ali. Eu tinha um pé de abóbora no quintal, e a minha sogra chegava lá. Ela já ficava assim admirada com tanta abóbora que aquele pé de abóbora dava. Aí ela ia e pegava abóbora lá e o pessoal ia. Era desse jeito. Então imagine você morar numa comunidade onde você tem tudo e de repente você chegar ao ponto de alguém chegar é dizer: “você vão ter que sair daqui”. Não é fácil não [sic] (ENTREVISTADO PAULO, 2021p)

Segundo Fuini (2014, p. 232) “a desterritorialização, representa a extroversão e desenraizamento de povos, atividades sociais e econômicas e comunidades de seus lugares, correspondendo à perda de identidades e do enraizamento”. Um morador conta que a mãe teve um infarto devido as tentativas para desterritorializar a comunidade na época. Ela acabou não resistindo:

A gente com a cabeça que tinha perdido a mãe da gente. Enfartou por causa dessa situação, da negociação e da mina. Cada filho que ia saindo, cada casa derrubada. Que aqui era a casa dos filhos, ali era,

lá na frente, todo mundo morava aqui. E entra pressão alta, pressão alta é não aguenta. Foi isso que aconteceu, vendo os filhos saindo e ela ficando. Porque aqui no terreno tinha oito casas. Aí ela viu os filhos saírem e ela ficando. E sem falar a pressão psicológica deles em cima dela. Aí ela não aguentou. Infelizmente deu um infarto e faleceu por causa das negociações e deles [sic] (ENTREVISTADO EDSON, 2021e).

Figura 19 – Casa abandonada em Canavieiras



Fonte: SANTANA, Iasmin Bispo e SANTOS, Tainar Sousa dos, 2020

As Figuras 19 e 20, mostram casas abandonadas pelos moradores em Canavieiras, que hoje pertencem a Yamana Gold. É possível notar que estas ainda não foram demolidas, como aconteceu com algumas habitações.

Figura 20 – Habitação em ruínas em Canavieiras



Fonte: SANTANA, Iasmin Bispo e SANTOS, Tainar Sousa dos, 2020

Ianni (1995) apud Chelotti (2013), a globalização desterritorializa as coisas, as pessoas e as ideias. Além disso, interfere também no mercado, no capital, na empresa, na tecnologia, dentre outros. O autor fala que o processo de desterritorialização é uma característica da sociedade global em formação. Essa sociedade atual vive de acordo com o sistema capitalista e sua produção, e a natureza, nada mais é do que uma fonte de adquirir os lucros. Nessa mesma perspectiva Haesbaert (2011, p. 68) vem trazendo que:

Num mundo dito globalizado como o nosso, o acesso pleno a um território como “experiência integrada do espaço” só se dará quando todos, de alguma forma, puderem vivenciar o mundo em suas múltiplas escalas, pois o território é, hoje, sobretudo, multiescalar e um território-rede. Por isso o combate à desterritorialização enquanto exclusão socioespacial significa também o acesso amplo às diferentes escalas e redes que, ainda hoje, constitui-se um privilégio de uma elite planetária cada vez mais autosssegurada.

O processo de desterritorialização de Canavieiras, como já foi citado anteriormente, foi desencadeado pela proximidade da barragem B2, evento este que provocou uma mudança significativa na qualidade e modo de vida daquele povo, que antes praticava a agricultura de quintal, além de possuir a posse das suas terras, tendo que ir para a cidade reconstruir suas vidas sem muitas perspectivas de aceitação no mercado de trabalho.

Imagine, aí você viver numa comunidade dessa para você ir morar, você ainda não sabia aonde e mesmo que você fosse para a cidade, lá não tinha um mercadinho que você podia comprar fiado como você comprava lá em Canavieira. Faltava uma coisa, você ia no mercadinho, era ali uma pessoa conhecida como se fosse da tua família. Pronto! Você comprava ali, final de semana você pagava ou um mês, como dava para você pagar. Então a gente praticamente tinha tudo que a gente necessitava ali né?! Imagina você ir para a rua, para a cidade, você não ia ter mais o vizinho que você tinha lá. Então toda essa problemática abalou muito a comunidade [sic] (ENTREVISTADO PAULO, 2021 p).

O processo de desterritorialização de acordo com antigos moradores foi bastante cansativo, pelo fato de ter durado mais de um ano de negociações entre a empresa JMC – Yamana Gold que chegou na comunidade no ano de 2006 e os mesmos, mas assim conseguiram uma ajuda de custo “indenização” para que os moradores destinassem a quantia de R\$ 15.000,00, em cursos profissionalizantes, ou abertura de um pequeno comércio. Como é citado abaixo por uma antiga moradora.

Sobre curso profissionalizante não disponibilizaram. Eles ofereceram R\$ 15.000,00 que eles davam justamente para essa área, para a pessoa investir em alguma coisa, para poder sobreviver aqui na cidade, fora os 15 mil, esses 18 mil que eles deram foram para isso e já era um acordo feito pelo Ministério Público. Que era para esses 18 mil, para dá assistência as famílias para eles estabelecerem, arrumar alguma coisa para fazer, depois que viessem pra Jacobina, para arrumar emprego quem era da comunidade teve essa problemática toda. Era bem complicado arrumar emprego na mina. Quem já estava empregado não [sic] (ENTREVISTADA ANA, 2021a).

Desde então, se iniciou mais uma etapa de negociações, correspondente aos valores da indenização dos imóveis que seriam substituídos por outros na cidade de Jacobina, geralmente casas com valores de aproximadamente de R\$ 60 mil no ano de 2010, uma compensação financeira denominada de ADF, por causa das atividades de agricultura de subsistência, do garimpo, da lenha que era utilizada para cozinhar, levando o gás de cozinha a durar até 7 meses para a família. A Comissão Pastoral da Terra começou a acompanhar a comunidade nesse processo desgastante.

Foi justamente no dia dessa audiência pública que teve no dia 17 de março de 2010, que eu conheci um dos integrantes dessa instituição. A gente deu uma entrevista e aí foi quando eles começaram já a entrar na comunidade para ajudar a gente. Se não fosse eles, teria sido muito pior. Se oferecia uma casa até no valor de 60 mil e 6 mil. Aí foi quando a gente pediu uma compensação de 20 mil. Aí houveram várias reuniões para discutir sobre esse assunto, até que eles chegaram a 15 mil. Quando eles chegaram. Eu acho que a gente queria sair no coletivo, resolver as negociações no coletivo, mas a maior parte da comunidade não quis. Então foi quando eles aumentaram essa compreensão para R\$ 15 mil. Foi onde muitas famílias já começaram

a vender as casas. A moça sempre procurava o pessoal: “Ah vou vender minha casa, vou sair”. Assim aconteceu. Depois que já tinha saído a maior parte da comunidade, a gente começou lutando para eles aumentarem essa compensação e essa compensação chegou a ficar em 33 mil reais. O bom foi que as famílias que já tinham sido retiradas, eles repassaram o valor [sic] (ENTREVISTADO PAULO, 2021 p).

De acordo com os antigos moradores de Canavieiras, a mineradora fez uma pesquisa de casa em casa para saber quem queria sair de lá, muitas pessoas já cansadas da situação que se encontravam e sem muitas perspectivas, disseram que sim que queiram, pelo incômodo da poeira que vinham enfrentando por conta da Barragem B1 e B2, além do movimento de veículos pesados na comunidade, diante desse cenário os mesmos em sua maioria disseram que desejavam sair dali.

Voltaram na comunidade de novo, já de porta em porta perguntando quem queria sair. A funcionária da Yamana chegou para mim e perguntou. Aí eu falei: “o que foi que o povo respondeu?” Que quer ir, quer ir embora. Aí eu disse: “se o povo quer ir embora, eu não vou ficar aqui só! Eu falei desse jeito para ela. Aí a partir daí começou a negociação que seria uma troca de uma casa por outra. E eles oferecia na época parece que era 5 mil reais para as famílias que saíssem. A casa e mais 5 mil reais. Eles estipularam assim o valor que poderia comprar a casa [sic] (ENTREVISTADA ANA, 2021a).

Durante as negociações a mineradora usou seu poder de influência e opressão, de acordo com os moradores, para oprimir suas ações, manifestações e reuniões, conforme apresentam as Figuras 21 e 22, que demonstram a insatisfação dos moradores por meio de protestos, que impediam a passagem de caminhões e funcionários da Yamana Gold, pelo fato de terem que sair do seu território, além das negociações que não estavam ocorrendo de acordo com os interesses da comunidade.

A reação da mineradora nunca foi boa. Depois de um ano a negociações paradas. Fizemos manifestação, a gente fechou a pista, aí eles chamaram a polícia, a Polícia Rodoviária para estar lá na manifestação. A Polícia Rodoviária tentou intimidar a gente, quis jogar o carro por cima da gente, só que a gente resistiu. Eles tentaram amedrontar a gente de todas as formas, só que a gente resistiu só liberamos a pista depois que a gente teve a reunião com a diretoria da empresa. Para eles retomarem as negociações de volta. Mas assim foi bem complicado, bem complicado mesmo. Não foi fácil [sic] (ENTREVISTADA ANA, 2021a).

Figura 21 - Manifestações em Canavieiras - Ano de 2012



Fonte: Fotografia retirada do perfil do facebook. Povoado Canavieiras. 21 de Dezembro. 2014. Disponível em: <
https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=327853727416699&id=100005762234334&sfnsn=wiwspwa> Acesso em Março de 2021.

Figura 22 – Reunião dos moradores de Canavieiras – Ano de 2012



Fonte: Fotografia retirada do perfil do facebook. Povoado Canavieiras. 21 de Dezembro. 2014. Disponível em: <
https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=327853727416699&id=100005762234334&sfnsn=wiwspwa> Acesso em 05 mar. 2021.

Corroboramos com o pensamento de Deleuze e Guattari (s/d) apud Haesbaert (2019) quando defende que “o processo de desterritorialização está atrelado ao capitalismo e ao Estado”. Vale ressaltar que acabamos de vivenciar esse processo na comunidade de Canavieiras:

Deleuze e Guattari (s/d) vão dar ênfase a este processo de desterritorialização porque é assim que eles entendem a criação do Estado e a dinâmica do capitalismo. Eles afirmam que o Estado e o capital vão operar por desterritorialização e sobrecodificação. Mas enquanto o Estado e as sociedades capitalistas se constituem pelo processo de desterritorialização, as sociedades pré-capitalistas são efetivamente territoriais, pois sua relação com a terra é totalmente distinta.

O Ministério Público esteve à frente desse processo de negociações, fazendo com que as reuniões avançassem muito, onde participavam das negociações coletivas, metade das famílias que ainda não tinham vendido suas casas participavam. Os moradores ainda relataram que anualmente a diretoria da mina era trocada, dificultando chegar num acordo. Mesmo assim, quase a totalidade da população saiu da comunidade, porém três famílias ainda residem lá.

Diante dessa problemática abordada é imprescindível trazermos outra citação de Haesbaert (2019, p. 136):

(...) no capital, Marx mostra o encontro de dois elementos principais: dum lado, o trabalhador desterritorializado, transformado em trabalhador livre e nu, tendo para vender sua força de trabalho; do outro, o dinheiro descodificado, transformado em capital e capaz de comprar. Estes dois fluxos, de produtores e de dinheiro, implicam vários processos de descodificação e de desterritorialização com origens muito diferentes. Para o trabalhador livre: desterritorialização do solo por privatização; descodificação dos instrumentos de produção por apropriação; privatização dos meios de consumo por dissolução da família e da corporação; por fim, descodificação do trabalhador em proveito do próprio trabalho ou da máquina. Para o capital: desterritorialização da riqueza por abstração monetária; descodificação dos fluxos de produção pelo capital mercantil; descodificação dos Estados pelo capital financeiro e pelas dívidas públicas; descodificação dos meios de produção pela transformação do capital industrial etc. (MARX, s/d, p. 233-234 apud HAESBAERT, 2019, p. 136).

Observando o processo de desterritorialização que Canavieiras sofreu, podemos perceber que na sociedade capitalista o que prevalece é o poder dos grandes empreendimentos. Os moradores tiveram que se reconfigurar a um novo padrão de vida que eles não estavam acostumados. No subcapítulo seguinte iremos abordar o processo de reterritorialização desses moradores, vale ressaltar que a desterritorialização e a reterritorialização andam lado a lado.

3.2 A RETERRITORIALIZAÇÃO DE CANAVIEIRAS

Não tem como falar de reterritorialização sem citar a desterritorialização, pois eles são causa e efeito um do outro. A reterritorialização acontece devido a uma desterritorialização. Após passar pelo processo de desterritorialização, os ex-moradores, aos poucos, tiveram que reconstruir suas vidas em outros locais, geralmente em bairros periféricos da cidade de Jacobina, buscando se adaptar à nova realidade. Esse processo é entendido como reterritorialização.

Souza (2000, p. 81) nos diz que territórios são construídos e desconstruídos nas mais diferentes escalas, tanto espaciais ruas, cidades, países quanto temporais séculos, anos, décadas, meses, anos e dias. Ou seja, os territórios não são permanentes, mas eles podem passar por mudanças constantes ao longo do tempo, devido à necessidade humana.

A reterritorialização está relacionada à criação de novos territórios, tanto pela sua reconstrução parcial de territórios antigos quanto pela reconstrução desses antigos territórios em outros lugares, criando um novo território, oriundo daquele antigo (SCHWITZKY, 2011, p. 40). As pessoas daquela comunidade criaram um território nesses bairros, no sentido identitário, na tentativa de manter seus costumes vivos. Para isso, deve-se escolher bem esse local.

Eu que vou escolher o lugar que eu vou morar porque eu vou passar lá o resto da minha vida então eu que tenho que escolher o lugar que eu vou morar". Aí se eu fosse fraca, eu tinha desistido porque foi vários "nãos" e eles sempre arrumava uma casa e mandava eu ir olhar uma casa em tal lugar, tem uma casa lá, quando eu chegava eu dizia: "Não, eu não gostei da casa, eu não quero, não quero". E sem contar que essa casa aqui eu peguei, eu tive que terminar ela, de fazer porque da escada para cima não tinha piso, não tinha porta, não tinha nada e eu tive que fazer tudo. Não tinha luz lá em cima, não tinha nada. Então assim, eu tive muito gasto aqui, mas é como se dissesse: "eu escolhi o lugar que eu ia morar! Eu não fui pelo que a mineração disse [sic] (ENTREVISTADA ANA, 2021a)

O processo de reterritorialização em um espaço desconhecido pode trazer uma série de dificuldades nos âmbitos econômicos, emocionais e pessoais, devido a desterritorialização que faz com que o agricultor sofra a perda de suas terras e de sua identidade (MEDEIROS, 2007, p. 04). Nem todas as pessoas que

residiam na comunidade e tinham suas terras, conseguiram comprar um terreno como o que se tinha.

Para alguns desses moradores desse novo território a adaptação têm sido muito difícil, enquanto que para outros é mais tranquilo. Alguns moradores relataram que escolheram muito bem o lugar que compraram suas residências, mesmo com a insatisfação da empresa em agilizar o processo de compra e o valor máximo que eles estipularam, e mesmo assim tiveram muitas dificuldades devido à distância entre seus familiares.

Eu mudei em 2012, no final de 2012. Tive dificuldade de adaptação. Eu morava perto da minha mãe. Quando a gente muda tudo é novo, a gente pensa assim: “Ah, tá melhor do que lá, mas depois vem a realidade né?!” Porque é diferente, você ir para São Paulo e voltar e o seu lugar estar lá. Você chegar lá naquele povoado e vê todo mundo é diferente, porque todo mundo se espalhou, não existe mais o povoado né?! Depois de um certo tempo, eu tive sim bastante dificuldade nesse sentido. Eu morava perto da minha mãe, acordava, a casa da minha mãe era afastada um pouquinho, mas era pertinho da minha casa. Então assim, aqui é bem mais longe, fica mais difícil eu ver minha mãe [sic] (ENTREVISTADA ANA, 2021a)

Os antigos moradores estão tentando reconstruir suas vidas, mesmo que não seja tudo como era em Canavieiras, como eles estavam acostumados. As características desse território são outras, como conta um morador que quando faltava algum alimento em sua casa, eles compravam fiado no mercadinho e pagavam no final da semana ou do mês. Na cidade, é necessário ter o dinheiro ou comprar no cartão de crédito ou débito. Como citamos anteriormente esses moradores reterritorializados estão residindo nos bairros Mundo Novo, bairro dos Índios, Jacobina III, Jacobina IV, bairro Nazaré e bairro Pontilhão de Canavieiras, como podemos visualizar a localização desses bairros na figura 23 a seguir.

Segundo Medeiros (2007, p. 07) “a reterritorialização daqueles que sem perder a identidade com o seu próprio espaço de origem, buscam uma nova integração ao espaço a eles destinado, dando a esse espaço, portanto um novo significado”. Ou seja, no caso da comunidade, esse novo significado está ligado, com o passar do tempo, ao reconhecimento desse novo território a partir da criação de um vínculo afetivo desenvolvido.

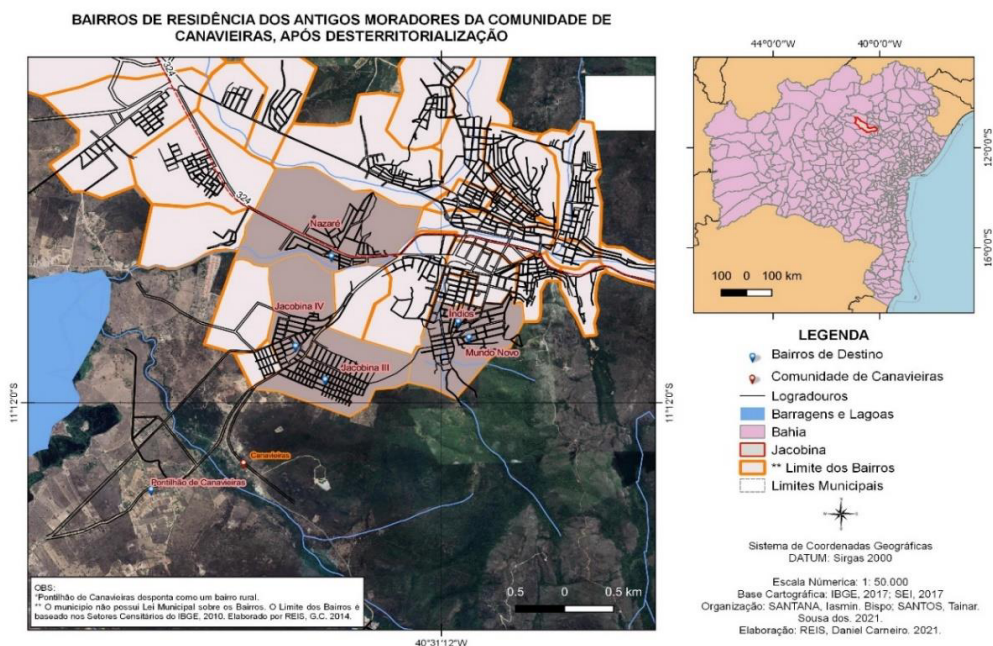
Não. Aqui eu não encontrei muita dificuldade porque eu escolhi justamente um lugar como eu tinha lá. Como se fosse a cara do meu lar porque a minha esposa morar na cidade é muito bom, mas é como eu te disse...morar na cidade é muito complicado porque tudo o que você quiser você vai ter que depender de dinheiro né?! Lá não era assim. Eu já falei. Então, a dificuldade foi mais essa. Mas aqui eu não tive muita dificuldade porque graças a Deus esse bairro aqui é muito bom, a vizinhança aqui é muito boa. Então assim, com relação a isso

eu não encontrei muita dificuldade [sic] (ENTREVISTADO PAULO, 2021p).

Mas essa adaptação pode não ocorrer por todas as pessoas. Diante dos relatos dos moradores, para os mais idosos, principalmente, é possível que exista uma dificuldade maior de adaptação ou não consigam se adaptar de modo nenhum. Toda essa realidade pode causar o surgimento de diversos problemas de saúde como depressão, problemas de ansiedade, dentre outros. Essa brusca mudança do campo (como era na comunidade que predominava os aspectos rurais) para a cidade de Jacobina que possui um grande fluxo de pessoas e de veículos, pode trazer sérios danos aos idosos, que estavam acostumados com a vida tranquila da comunidade e agora estão presos em suas casas, sem poder sair na rua com tranquilidade, até mesmo pela violência e roubos frequentes, como é o caso da cidade e de seus históricos.

Eu tenho um tio que é deficiente e assim, lá na Canaveira ele vivia no meio da rua e aqui ele já tem que ficar preso né?! Então assim, precisava de uma casa com espaço [sic] (ENTREVISTADA ANA, 2021a).

Figura 23 - Bairros de residências dos antigos moradores da Comunidade de Canaveiras, após a reterritorialização.



Fonte: SANTANA, Iasmin Bispo; SANTOS, Tainar Sousa dos. Elaborado por REIS, Daniel, 2021.

A reterritorialização vai modificar a vida das pessoas que estão chegando, e transformar também o novo lugar, na reestabilização das relações de acordo com as necessidades, no desenvolvimento de aprendizagens e novas descobertas (CHELOTTI, 2013, p. 18 e 19). O desenvolvimento desse processo de reterritorialização é feito em várias etapas, desde a compra da casa até o momento em que a pessoa está totalmente adaptada. Ele vai causar transformações no novo território ou até na dinâmica de seu funcionamento. Somos sujeitos capazes de causar e/ou fazer essas transformações no território. Na comunidade tinham Igrejas, e os moradores lutaram para conseguir um terreno para trazê-la para Jacobina, como relata uma ex-moradora.

O pessoal da Igreja, a maioria era da Igreja porque queriam morar tudo num lugar só e também tinha que trazer a Igreja. Aí a gente não conseguiu porque tinha que comprar um terreno grande para fazer essas casas e levar a Igreja junto. Aí não conseguiu. Mas adquiriu uns terrenos aqui no bairro Mundo Novo, aí o pessoal comprou os terrenos individuais. Não é como a gente pensou que seria, mas ficaram todos próximos e conseguiram trazer a Igreja. Isso depois de um ano com as negociações paradas [sic] (ENTREVISTADA ANA, 2021a)

Os moradores que residiram ali, ainda comentaram que há famílias que moravam em Canavieiras que estão sem moradia devido às negociações demoradas. Eles afirmam que as pessoas que receberam as primeiras propostas, muitas delas gastaram o valor recebido e acabaram ficando sem ter onde morar. Infelizmente muitos estão sofrendo com doenças psicológicas devido a todo esse processo. Percebemos que para essas pessoas citadas pelos entrevistados, a saída da comunidade foi negativa e a reterritorialização também.

Podemos afirmar que essa reconstrução da vida dos moradores daquela comunidade, se deu a partir de dinâmicas, variando de acordo com o decorrer das negociações e atitudes de cada um. Aqueles que logo venderam suas casas, tiveram maiores prejuízos, o que gerou uma certa insatisfação, segundo relatos de moradores, tornando a reterritorialização bastante dolorosa e hostil. Os antigos moradores tiveram que reconstruir suas identidades em novos territórios, quase que as perdendo totalmente e tentando se adaptar ao novo modo de vida.

Alguns costumes antigos dos moradores de Canavieiras foram perdidos com a desterritorialização como o hábito de caçar, a plantação de frutas e hortaliças no quintal, a utilização de ervas pelas benzedadeiras e a facilidade em encontrá-las por lá, o garimpo artesanal para a sobrevivência das famílias, o

brincar das crianças que era feito livremente nas ruas, as relações de parentesco entre os vizinhos, que ajudavam uns aos outros em caso de necessidade de algum alimento, por exemplo. Outras práticas foram construídas posteriormente como o uso do fogão a gás, compra de frutas, verduras e hortaliças na feira livre, mudança de ambiente de trabalho do campo para a cidade, o costume de se ajudarem foi perdido dando espaço a uma forma de convivência mais individualista, ou seja, sem ajuda dos vizinhos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou entender a dinâmica da mineração no Brasil, dando ênfase para o município de Jacobina, onde se localiza a comunidade tradicional de Canavieiras, que vivia basicamente dos recursos disponíveis na própria terra, antes dela ser desterritorializada e os aspectos existentes lá. Trouxemos aqui a construção e luta pelos territórios e seus significados. A mineração é responsável pelo conflito desenvolvido naquela comunidade, causando prejuízos à organização social, econômica e cultural de Canavieiras e ao meio ambiente, além de destacar a exaustiva luta contra a desterritorialização. Por fim, foi apresentado como se deu o processo de reterritorialização da comunidade, ou seja, a reconstrução e adaptação ao novo território.

O tema da pesquisa é de extrema relevância para a Geografia, pois os dados e informações apresentados nos permitem entender o avanço do capitalismo, através do empreendimento minerário, da sua organização e conquista do território de comunidades tradicionais, que estão presentes elementos como identidades únicas e diversas formas de organização social, que lhes são atribuídos significados.

A investigação evidencia que mesmo com as lutas pelo território, a mineradora desterritorializou a comunidade para continuar explorando seus recursos, retirando o ouro presente. Notamos também que as resistências foram importantes para garantir os direitos de indenização. Infelizmente, o que foi pago pela mineradora não apagou marcas de sofrimento e o desgaste físico e

emocional daqueles antigos moradores que foram obrigados a deixar aquele território, devido aos inúmeros transtornos. Atualmente, o medo dos moradores que ainda residem lá é a barragem de rejeito, a mesma que foi responsável pela sua desterritorialização.

Diante desse cenário, é necessário que o Poder Público fique atento a esse “gigante”, que se tornou motivo de preocupação para todo o município e principalmente para aqueles que se encontram tão perto da barragem. Outra situação preocupante são os tremores frequentes ocorrendo no município, que vem causando preocupação a população, levantando a hipótese de serem até decorrentes das atividades da Yamana Gold, podendo acelerar um possível rompimento da barragem. As identidades desses moradores jamais deverão ser esquecidas devido a sua força em lutar pela sua sobrevivência e seus direitos. Canavieiras nunca será esquecida por seus antigos moradores e nem por nós que deixaremos aqui um pouco da história dessa comunidade riquíssima.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Cleomara Nunes do; GUARIM NETO, Germano. **Os quintais como espaços de conservação e cultivo de alimentos: um estudo na cidade de Rosário Oeste (Mato Grosso, Brasil)**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 3, n. 3, p. 329-341, set.- dez. 2008. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v3n3/v3n3a04.pdf> Acesso em: 16 abr. 2021.

AMOROZO, Maria Christina de Mello. **Sistemas agrícolas tradicionais e a conservação de agrobiodiversidade. Agricultura Tradicional, Espaços de Resistência e o Prazer de Plantar**. In: Albuquerque, U.P. et al (orgs.) Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Recife: Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2002 p 123-131. Disponível em: <http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/cea/2011/12/MariaA.pdf> Acesso em: 14 abr. 2021

ANTONINO, Lucas Zenha. **Mineração e Espoliação territorial na Bahia**. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Anais Eletrônicos.

ANTONINO, Lucas Zenha. **Conflitos nos territórios extrativo-mineral na Bahia: os diamantes Kimberlitos de Nordestina**. In: revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais – ISSN 2238-3565, V.8, N.2, p.138-157, 2019 – Dossiê Extrativismo mineral, conflitos e resistências no Sul Global.

ANTONINO, Lucas Zenha. **Territórios Extrativo – Mineral na Bahia: Violações de Direitos e Conflitos nos Territórios Terra-Abrigo**. Salvador, 2019, 320 f. Tese (Doutorado) —Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2019.

AZEVEDO, Leon Martins Carricone. **Devoradores da terra: apropriação de terras e recursos territoriais pelo capital monopolista internacional do Sul de Goiás**. 2019. 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

BATISTA, Carmem Lucia. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 210-234, maio/ago. 2018 doi: Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245242.210-234> Acesso em: 14 mar. 2021.

BNEWS. Produção baiana de diamantes ultrapassou R\$ 108 milhões em 2019, aponta estudo da SDE. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/economia/economia-e-mercado/261096,producao-baiana-de-diamantes-ultrapassou-r-108-milhoes-em-2019-aponta-estudo-da-sde.html> Acesso em: 06 mar. 2020.

BONI, Valdete; BOSETT, Cleber José. **Agricultura familiar e campesinato: qual desenvolvimento rural?** Simposio de Estudios del Desarrollo. Nuevas rutas hacia el bienestar social, económico y ambiental. Universidad de Santiago de Chile, Chile, del 7 al 10 de enero de 2013.

BRASIL. Agência Nacional de Mineração. Anuário Mineral Brasileiro: Principais Substâncias Metálicas / Coord. Geral Osvaldo Barbosa Ferreira Filho; Equipe Técnica por Marina Dalla Costa et al.; – Brasília: ANM, 2019. 34 p. Disponível em: http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb_2018.pdf Acesso em: 25 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 20 de abril de 2021.

CARVALHO, Fábio Oliveira de. Marcos históricos da colonização de Jacobina séculos XVI-XVIII. 2017

CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral; *Desempenho da Mineração Baiana 2015*. Informativo Anual da Mineração Baiana - ano 3 – SDE/Governo do Estado da Bahia; 2016.

CETEM, Mineração na Região Nordeste do Brasil: quadro atual e perspectivas / Francisco Rego Chaves Fernandes, Keila Valente de Souza, Rodrigo Braga da Rocha Villa Verde, Renata de Carvalho Jimenez (Eds.). Rio de Janeiro: CETEM, 2014.

CETEM, Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos / Francisco Rego Chaves Fernandes, Renata de Carvalho Jimenez Alaminio, Eliane Araujo (Eds.). Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. A dinâmica **territorialização-desterritorialização-reterritorialização em áreas de reforma agrária na Campanha Gaúcha**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-25, fev., 2013

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (1):165-180, abr. 2010.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. Caderno Conflitos no Campo 2011 – Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Isolete Wichinieski – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2012.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. Caderno Conflitos no Campo 2014 – Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo Rodrigues Costa – Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2014.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. Caderno de Conflitos no Campo – Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2015.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. Caderno de Conflitos no Campo 2016 – Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2016.

Comissão Pastoral da Terra - CPT. Caderno de Conflitos no Campo 2017 – Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2017. 280 p.

COSTA, Oldair Vinhas; ARAÚJO, Marcelo Henrique Siqueira. Leitura de ambientes da mineração. Cruz das Almas, 2018. 45 p.

Comissão Pastoral da Terra. Caderno Conflitos no Campo - CPT– Brasil, 2018. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2019.

CRUZ, Valter do Carmo. *Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico*. **Geografia e Giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. led. Rio de Janeiro: Letra capital, 2017, v. 1, p. 15-36.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM - **Sumário Mineral**. Brasil, 2009.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM - **Sumário Mineral**, Brasil, 2017.

ENTREVISTADA A. **A comunidade antes da mineração**. [Entrevista cedida as autoras] lasmin Bispo Santana e Tainar Sousa dos Santos. Jacobina, BA. 05 abr. 2021a.

ENTREVISTADO B. **Modo de vida da comunidade de Canavieiras**. [Entrevista cedida as autoras] lasmin Bispo Santana e Tainar Sousa dos Santos. Jacobina, BA. 11 abr. 2021b.

ENTREVISTADO C. **Recordações da comunidade de Canavieiras**. [Entrevista cedida as autoras] lasmin Bispo Santana e Tainar Sousa dos Santos. Jacobina, BA. 11 abr. 2021c.

Povoado Canavieira. **Facebook**. Jacobina, 2014 Disponível em: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=327853727416699&id=100005762234334&sfnsn=wiwspwa Acesso em: 02 abr. de 2021.

FARIAS, Sara Oliveira. **Enredos e tramas nas minas de ouro em Jacobina**. Recife, 2008. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

FERREIRA, Sandra Cristina; GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. **Relações de produção e de trabalho no campo: heranças históricas no século XXI**. [2008?] Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/79.pdf> Acesso em: 16 mar. 2021.

COSTA FILHO, Aderval; MENDES, Ana Beatriz. Vianna In: Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Belo Horizonte, MPMG, 2014.

FUINI, Lucas Labigalini. **Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos**. Terr@Plural, Ponta Grossa, v.8, n.1, p. 225-249, jan/jun. 2014. Disponível em:

<https://revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/6155/4366> Acesso em 28 abr. 2021

GERMANI, Guiomar I..Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. (Org.). **(GEO)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304. Disponível em:

https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_germani_questa_oagrariamovimentossociais.pdf Acesso em: 12 mar. 2021

GHIZELINI, André A. Michelato. ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. Sinais n. 23/1, Vitória, 2019.

GIUDICE, Dante Severo; SOUZA, Rosemeri Melo e. **As cidades da mineração na Chapada Diamantina- Bahia**. Revista Geonordeste. 2009.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. **No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás**. 2016. 504 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: MALDONADO-TORRES, Nelson. **Decolonialidade e pensamento afrodisíaco**. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019. cap. 3, p.55-78.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. **Território, territórios ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. Cap. 3, p. 43-71.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais...** do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2019.

HARVEY, David. O NEOLIBERALISMO história e implicações. 2005

IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração. **Informações sobre a economia mineral brasileira 2015**; Brasília, setembro/2015.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Os territórios da mineração sob a lógica da acumulação financeira no capitalismo contemporâneo. Geosp- **Espaço e tempo** (online), v. 21, n. 3, p. 718-736, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: MALDONADO-TORRES, Nelson. **Decolonialidade e pensamento afrodisíaco**. ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2019. cap. 2, p.27-77.

MATTA, Paulo Magno da. **O garimpo na Chapada Diamantina e seus impactos ambientais: uma visão histórica e suas perspectivas futuras**. Salvador, 2006.187 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Engenharia

Ambiental Urbana) - Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Re-territorialização e identidade. **O significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS)**. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/9porto/rosamed.htm> Acesso em: 04 maio 2021.

MILANEZ, Bruno. O novo marco legal da mineração: contexto, mitos e riscos. In: MALERBA, Julianna et al. **Novo Marco legal da mineração no Brasil: Para quê? Para quem?** Rio de Janeiro: FASE, 2012.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. **Povos e Comunidades Tradicionais**. 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/povos-e-comunidades-tradicionais/povos-e-comunidades-tradicionais> Acesso em: 16 mar. 2021.

MONDARDO, Marcos. **Territórios de povos e comunidades tradicionais: estado de exceção, governo bio/necropolítico e retomadas de tekoha**. Periódico Horizontes – USF – Itatiba, 2019. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/769> Acesso em: 14 mar. 2021.

PÁDUA, Wilian Ribeiro de. **As dinâmicas socioespaciais no garimpo de esmeraldas em Campos Verdes/GO - (1981 a 2017)**. Goiânia, 2020. 162 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO – PTDSS. Piemonte da Diamantina, Bahia. 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Nota conceitual: a centralidade do conceito de território para enfrentar o desafio ambiental contemporânea. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 7 ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

PIMENTEL, Maria Aparecida Silva.; RIBEIRO, Wagner Costa. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. Geosp – **Espaço e Tempo** (Online), v. 20, n. 2, p. 224-237, mês. 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em: Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/122692> Acesso: 10 mar. 2021.

RAMOS, Jamille Santos. **Crimes de violência doméstica no espaço urbano de Jacobina – Bahia**. Jacobina, 2018. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2018.

RAMOS, Natália Valentim; Lucas de Lima Fernandes, PADOAN. Conflitos territoriais: comunidades tradicionais e a implementação de unidades de proteção integral. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), Ano 04, n.0 01, jan-jul. de 2015. Disponível em: < <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/viewFile/1586/pdf1586> Acesso: 13 mar. 2021

RÊGO, Juliana Freitas Guedes. **Expansão territorial do capital estrangeiro: conflitos, resistências e enfrentamentos em Jacobina-BA.** 2018. 201 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Economia, Salvador, 2018.

SANTOS, Milton. **O espaço do Cidadão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. **Mineração no Brasil:** por um debate amplo sobre a captura das rendas minerais. 2013.

SEI. Perfil dos Territórios de Identidade/Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador. SEI, 2018. 3.v. p.252.

SCHWITZKY, Tatiana Gomes. **Território e Geografia agrária:** a dinâmica Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização (T-D-R) nas Revistas Nera, Agrária e Campo-Território. 2011. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011. Disponível em:

http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/monografias/taiana_gomes_schwitzky.pdf

Acesso em: 07 maio 2021.

SOUZA, Vivaldo Alencar de. **Impactos socioambientais causados pela nova barragem de rejeito da Jacobina Mineração e Comércio no município de Jacobina – BA.** 2013. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2013.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e o poder, autonomia e desenvolvimento. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org). **Geografia:** Conceitos e temas. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Disponível em:

http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/raul/biogeografia_saude_publica/aulas%202014/2-Geografia%20-%20Conceitos%20e%20Temas.pdf

Acesso em: 03 maio 2021

TARGINO JÚNIOR, Francisco de Assis. **Transformações da paisagem e impactos socioambientais no Povoado de Canavieiras de Fora em Jacobina, BA.** 2013. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade do Estado da Bahia, Jacobina, 2013

TOLEDO, Vitor. **Povos / comunidades tradicionais e a biodiversidade.**

Tradução: Prof. Antonio Diegues. Instituto de Ecologia, UNAM, México, 2001.

Disponível em:

[http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20\(1\).pdf](http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/VITOR%20TOLEDO%20povos%20e%20comuniades%20PRONTO%20(1).pdf)

Acesso em: 04 abr. 2021

YAMANA GOLD. **Mina de Jacobina:** mudanças estratégicas para um mercado futuro de Au. 2016. Disponível em: <http://>

http://www.adimb.com.br/simexmin2016/palestra/auditorio_sao_joao_delrey_17/11h55%20Gustavo%20Marques.pdf

Acesso em: 02 mar. 2020.